

# PATHOS

Volume 09, número 02, 30 de novembro de 2023. ISSN 2447-6137

**Violações de direitos contra  
a mulher e possibilidades  
de enfrentamento**

Foto: Hoàng Tiên Việt

## EXPEDIENTE

### CONSELHO EDITORIAL

#### **Cristiano Rodineli**

*Editor Chefe*

Psicólogo. Mestre e doutorando em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisador das áreas da socioeducação, adolescência e violências. Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP), e em Políticas Públicas e Socioeducação (UnB). Psicólogo clínico e supervisor em consultório particular Contatos: cristiano.rodineli@unifesp.br  [@cristianorodineli](https://www.instagram.com/cristianorodineli)



#### **Andréia Alves Teixeira**

*Editora de Seção*

Psicóloga Clínica e Escolar. Pedagoga. Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Aperfeiçoamento em Queixa Escolar pelo Instituto de Psicologia da USP. Em formação no Instituto Gerar de Psicanálise. Atua na educação desde 1994. Atualmente trabalha com queixa escolar no projeto GAPEs (Grupo de Apoio Pedagógico Especializado) da Prefeitura de Taboão da Serra. Palestrante e formadora na área de psicologia na interface com a educação. Psicóloga Clínica em consultório particular desde 2007. Coordena grupo de estudos de educação antirracista. Contatos: andreiapsi07@gmail.com/  [@psicologa.andreiaalves](https://www.instagram.com/psicologa.andreiaalves)

#### **Ricardo Rentes**

*Editor de Seção*

Psicólogo, Psicanalista, Mestre em Ciências Humanas, Sociais e Criminologia pela UFP do Porto - Portugal. Pós-graduado em Saúde Mental e Justiça pelo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Prof. André Teixeira Lima (FUNDAP). Pós-graduado em Psicopatologia e Saúde Pública pela USP. Professor dos Cursos de Especialização em Psicanálise Winnicottiana e em Saúde Mental e Saúde Coletiva, ambos pela Universidade Cruzeiro do Sul. Professor do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica pela Universidade São Camilo. Supervisor nas áreas de Saúde Mental e Assistência Social. Autor do livro: "Os Meninos de Heliópolis - O ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal". Ed. Appris, (2022). Contatos: rickrentes@hotmail.com /  [@rickerentes](https://www.instagram.com/rickerentes)



## TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

[Maurício Pereira](#) (Nocate solutions)

### **CONSELHO CIENTÍFICO**

*Dra. Renata Udler Cromberg (Sedes Sapientiae)  
madrinha da revista*

*Dra. Ana Carolina Perrella (PUC-SP)  
Dra. Ana Isabel Martins Sani (UFP-Portugal)  
Me. Augusto Ribeiro Coaracy Neto (PUC-SP)  
Me Cibele Lopes Barbará (PUC-SP)  
Dra. Glória Sviatlana Jóluskin (UFP-Portugal)  
Me. Karen Cristina Martins Alves (FPM-MG)  
Dra. Leila Salomão de La Plata (USP)  
Dra. Margarida Calligaris Mamede (UCS-SP)  
Dra. Marineide de Oliveira Gomes (UNIFESP)  
Dra. Sónia Maria Martins Caridade (UFP-Portugal)*

### **SITE**

[www.revistapathos.com.br](http://www.revistapathos.com.br)

### **REDES SOCIAIS**

Instagram



### **INDEXADORES**



### **REVISTA ASSOCIADA A**



### **AVALIAÇÃO CAPES QUALIS 2017-2020: B4**



# SUMÁRIO

Expediente.....	01
Sumário.....	03
Editorial.....	04

## ARTIGOS

<b>Uma política pública para mulheres vítimas de feminicídio tentado e familiares de feminicídio consumado – A experiência no Centro de Referência e Apoio à Vítima .....</b>	<b>06</b>
---	-----------

*Thaís Teixeira & Bruno Cervilieri Fedri*

<b>“Como se fosse da família” O luto não reconhecido de mulheres resgatadas do regime de trabalho doméstico análogo à escravidão.....</b>	<b>23</b>
---	-----------

*Fulvia Gattardo Contieri & Bruno Cervilieri Fedri*

<b>A resignificação do papel feminino na sociedade através dos contos de fadas “A bela adormecida” e Malévola”.....</b>	<b>42</b>
---	-----------

*Carolina Osorio & Cristiane Bottoli*

<b>Empreendedorismo feminino nas periferias como luta pela igualdade social e de gênero.....</b>	<b>67</b>
--	-----------

*Jonas Eduardo Nicodemo*

<b>Alfabetização, letramento e ações sociopedagógicas como proposta de inclusão.....</b>	<b>82</b>
--	-----------

*Avanilda Mariano*

## Violência contra mulher: um fenômeno a ser combatido

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137violenciacontramulher>

A violência contra a mulher, fenômeno antigo, mas que teima em se fazer presente em nosso meio a despeito de todo repertório ético, científico e jurídico que confere proteção a esse público, tem apresentado uma crescente em seus números nos últimos anos. Segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), enquanto os números absolutos de 2015 contabilizavam 449 feminicídios, em 2022 foram registrados 1437 casos no Brasil (2023a). Apesar de todos os avanços de nossa sociedade, o modelo patriarcal, machista e misógino, continua por tomar a mulher como objeto e propriedade, na intenção de governar seu corpo e desejo ao bel-prazer dos que se julgam seus senhores.

Os últimos anos contribuíram para essa alta, não apenas com o desmonte e a precarização de políticas públicas voltadas ao cuidado e acolhimento de vítimas de violência de gênero, como aponta o estudo do FBSP e Data Folha (2023b, p.08): “(...) em 2022 ocorreu a menor alocação orçamentária para o enfrentamento da violência contra mulheres em uma década. Sem recursos financeiros, materiais e humanos não se faz política pública.”

O estudo também indicou dois outros fatores que contribuíram para essa alta: a pandemia do coronavírus, e a circulação de discursos ultraconservadores. No que compete ao COVID-19, uma série de serviços foram afetados em suas funcionalidades e número de profissionais, limitando a chegada e acesso da população, sobretudo, das mulheres. O terceiro fator refere-se a permissão para que ideais retrógrados, até então criminalizados, retornassem abertamente ao centro da vida pública, impedindo que temas sobre igualdade de gênero e sexualidade pudessem circular no social. Assim, importantes pautas para o feminino foram impossibilitadas e seus defensores perseguidos (educadores, cientistas, religiosos, entre tantos outros). O crescimento do fascismo em todas as instâncias governamentais do país priorizou, inclusive, o trabalho como produtor de riquezas para a manutenção do capitalismo e para isso, o discurso do lugar das mulheres como reprodutoras e responsáveis pela harmonia do lar, voltou a tomar força e autorizar a violência contra elas. Essa perspectiva impõe, como único papel atribuído a elas, o cuidado ao bem mais valioso de seu modo de produção: a mão-de-obra, ou seja, os filhos.

Neste volume da Pathos, a significância do feminino nos visita, invade e emociona. Suas expressividades marcadas por luta, intencionalidade, inclusão e garantia de direitos, tomam as páginas de nossa revista. Trazemos o verbo tomar, pois entendemos que, infelizmente, ainda hoje, o feminino vive uma luta constante por igualdade de gênero. Dessa forma, o “tomar” passa a ser um ato de posicionamento ético-político, necessário e presente. Uma forma de conquistar e de alcançar para si aquilo que lhe é de direito. Um dos mecanismos de tal expressão, encontra-se marcado nessa reunião de textos, fazeres e saberes. Tal gesto vivo em forma de palavras e pesquisas, buscam de maneira direta e indireta desconstruir a ideia errônea da superioridade masculina, bem como a luta contra seus desfechos desastrosos e violentos.

Ainda vivemos uma guerra na desconstrução de tais valores, hoje postos, não apenas, de forma velada, perigosa, estratégica e sorrateira, mas também por narrativas explícitas, as quais teimam em deslegitimar a mulher.

Não há limite para os patéticos recursos da imaginação humana – sobre as outras pessoas. Daí a enorme importância para um patriarca que tem de conquistar, que tem de dominar, de sentir que um grande número de pessoas, a rigor, metade da raça humana, lhe é por natureza inferior. De fato, essa deve ser uma das principais fontes de seu poder (Woolf, 2004, p. 41).

Neste número, o feminino ocupa lugares distintos e expressivos, no sentido de trazer importantes contribuições para fortalecer a luta contra a violência de gênero. O primeiro texto, “*Uma política pública para mulheres vítimas de feminicídio tentado e familiares de feminicídio consumado - a experiência no centro de referência e apoio à vítima*”, apresenta relato e análise de experiência desenvolvida no Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI); O seguinte, “*Como se fosse da família: o luto não reconhecido de mulheres resgatadas do regime de trabalho doméstico análogo à escravidão*”, apresenta necessária e importante reflexão acerca das especificidades do luto decorrente das mudanças na vida das mulheres resgatadas de trabalho doméstico escravo; Adiante, “*A ressignificação do papel feminino na sociedade através dos contos de fadas ‘A bela adormecida’ e ‘Malévola’*”, propõe análise destes dois filmes, afim de pensar a arte como forte colaboradora para empoderamento das mulheres, desde a infância; O “*Empreendedorismo feminino nas periferias como luta pela igualdade social e de gênero*”, investiga como o empreendedorismo feminino das periferias reverbera na luta pela igualdade social e de gênero. Na sequência, o artigo intitulado: “*Alfabetização, letramento e ações sociopedagógicas como proposta de inclusão*”, encontramos o feminino interventivo, feroz e sobrevivente, marcado pelo desejo de proporcionar a garantia Paulo freirianamente do direito de se fazer parte por meio dos pressupostos da educação inclusiva.

Assim, compreendemos que combater o fenômeno da violência de gênero se faz com educação (de mulheres e homens), acolhimento (cuidados básicos e de saúde, sobretudo mental) e justiça (denúncia, proteção, efetivação da lei e respaldo legal). Desejamos boas leituras, reflexões e práticas em prol da luta contra violência de gênero e a favor de potentes e efetivas inclusões!

Os Editores.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023a). *Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2023*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/violencia-contra-meninas-mulheres-2023-1sem.pdf>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023b). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>

Woolf, V. (2004). *Um teto todo seu*. Nova Fronteira.

**UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES VÍTIMAS  
DE FEMINICÍDIO TENTADO E FAMILIARES DE  
FEMINICÍDIO CONSUMADO:  
A experiência no centro de referência e apoio à vítima**

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137feminicidio>



*Thais Teixeira*  
*thaisteixeira15@gmail.com*

Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Especialista em Ações Terapêuticas para pessoas em situação de luto pela PUC/SP. Aprimoramento em andamento em Prevenção e Tratamento de Dinâmicas Vinculares pelo 4 Estações Instituto de Psicologia. Psicóloga do Instituto Maria Helena Franco de Psicologia.

**Bruno Cervilieri Fedri**  
*brunofedri@gmail.com*

Formado em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo, especialista e mestre em Psicologia clínica pela PUC/SP, com aperfeiçoamento em Psicanálise pelo Sedes Sapientiae. É doutorando em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP e autor do livro “Dor de Mãe: Lutos da Violência Urbana”, editora Zagodoni (2017).

**UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO TENTADO E FAMILIARES DE FEMINICÍDIO CONSUMADO - A EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À VÍTIMA<sup>1</sup>**

**A PUBLIC POLICY FOR WOMEN VICTIMS OF ATTEMPTED FEMICIDE AND FAMILY MEMBERS OF CONSUMMATED FEMICIDE - THE EXPERIENCE AT THE VICTIM REFERENCE AND SUPPORT CENTER**

**UNA POLÍTICA PÚBLICA PARA MUJERES VÍCTIMAS DE TENTATIVA DE FEMICIDIO Y FAMILIARES DE FEMICIDIO CONSUMADO - LA EXPERIENCIA DEL CENTRO DE ATENCIÓN Y REFERENCIA A VÍCTIMAS**

**RESUMO**

Este artigo apresenta o relato e análise de uma experiência desenvolvida no Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI, um programa da Secretaria da Justiça e Cidadania. Trata-se da experiência de atendimentos para mulheres vítimas de feminicídio tentado e familiares de feminicídio consumado. Para isto, foi apresentada a metodologia de trabalho construída pelo programa. Esta experiência relatada a seguir teve como objetivo apresentar o trabalho realizado e a importância de políticas públicas voltadas para o fenômeno da violência, que não raro é resultante de violências domésticas contra a mulher. Por outro lado, é importante destacar a desvalorização e desmonte dessas políticas públicas, culminando no encerramento de unidades de serviço, fragilizando a rede de suporte às vítimas e potencializando um contexto de revitimização. Isso destaca a deslegitimação de vidas, histórias de vidas e processos de lutos não reconhecidos que buscam por justiça e direitos humanos.

**Palavras-chave:** Atendimento Psicológico. Vítimas de violência. Luto não reconhecido.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Ações Terapêuticas para Situações de Luto da PUC/SP.

## ABSTRACT

This article presents the report and analysis of an experiment developed at CRAVI (Center of Reference and Support to Victims), a program of the Justice and Citizenship Defense Office. This is the experience of care for women victims of attempted femicide and family members of consummated femicide. For this, the methodology built by the program was presented. The purpose of this experience reported below was to present the work carried out and the importance of public policies aimed at the phenomenon of violence, which is often the result of domestic violence against women. On the other hand, it is important to highlight the devaluation and dismantling of these public policies, culminating in the closure of service units, weakening the support network for victims and enhancing a context of revictimization. This highlights the delegitimization of unrecognized lives, life histories and disenfranchised grief processes that seek justice and human rights.

**Keywords:** Psychological support. Victims of violence. Disenfranchised Grief.

## RESUMEN

Este artículo presenta el relato y análisis de una experiencia desarrollada en el Centro de Referencia y Atención a la Víctima - CRAVI, un programa de la Secretaría de Justicia y Ciudadanía. Esta es la experiencia de atención a mujeres víctimas de tentativa de femicidio y familiares de femicidio consumado. Para ello, se presentó la metodología de trabajo construida por el programa. El propósito de esta experiencia que se relata a continuación fue presentar el trabajo realizado y la importancia de las políticas públicas dirigidas al fenómeno de la violencia, que muchas veces es resultado de la violencia doméstica contra las mujeres. Por otro lado, es importante resaltar la desvalorización y desmantelamiento de estas políticas públicas, culminando en el cierre de unidades de atención, debilitando la red de apoyo a las víctimas y potenciando un contexto de revictimización. Esto pone en evidencia la deslegitimación de vidas, historias de vida y procesos de duelo no reconocidos que buscan justicia y derechos humanos.

**Palavras-clave:** Apoyo psicologico. Víctimas de la violencia. Duelo no reconocido.

## INTRODUÇÃO

A partir da experiência de um estágio de atendimento clínico a pessoas vítimas de crimes contra a vida e, em especial, violência doméstica e tentativa de feminicídio, houve o reconhecimento empírico sobre pessoas que não são validadas em seu sofrimento quanto aos lutos vividos. Este tema se encontra nos interesses de estudo sobre lutos não reconhecidos, em que foi possível construir uma dissertação com uma revisão integrativa sobre o luto paterno por causas externas (Teixeira, 2020). Isso está relacionado às vidas que não são institucionalmente e socialmente legitimadas na sua existência e humanidade, conforme os manuscritos de Butler (2015; 2019), por isso, entendemos a importância das Políticas Públicas neste contexto de legitimação da necessidade de prevenção e intervenção com este fenômeno. Como as pesquisas sobre luto requerem o alinhamento com a realidade social, histórica, cultural e populacional das pessoas afetadas, conforme afirma Franco (2021), a seguir mostraremos este atravessamento.

Não há dúvidas quanto aos altos índices de homicídio no país, ainda que surja um desconforto ao nos depararmos com eles, sendo homens jovens o principal alvo assim como principal autor. O Atlas da Violência 2020 (Cerqueira et al., 2020) publicou que houve uma redução das mortes violentas intencionais corroborado pelos estudos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 (Martins; Lagreca; Bueno, 2022), no entanto os dados continuam alarmantes. Este último estudo contabilizou que 77,9% das vítimas letais são negras, 50% das vítimas se enquadram na faixa etária de 12 a 29 anos e 91,3% são do sexo masculino.

O Atlas da Violência 2021 (Cerqueira et al., 2021) apontou que a cada 100 jovens que morreram no país, 39 foram vítimas fatais de violência. Este estudo também divulgou que houve 45.503 homicídios no país em 2019 e, dentre eles, 3.361 ocorreram no estado de São Paulo tanto por agressões como por intervenções legais, baseado em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 (Martins; Lagreca; Bueno, 2022) divulgou o montante de 3.666 mortes violentas intencionais (MVI) contando os crimes violentos letais intencionais (CVLI caracterizado por homicídios dolosos, latrocínios, lesão corporal seguido de morte), letalidade estatal e policiais civis e militares vítimas de CVLI. Estas vítimas de circunstâncias violentas ou familiares de vítimas letais pelo mesmo contexto são contemplados no público alvo de atendimentos do Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI), que são vítimas de crimes contra a vida, que será definido adiante.

Em relação às publicações sobre violência contra a mulher e feminicídio, O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 (Martins; Lagreca; Bueno, 2022) e Relatório “Elas Vivem” (2023) apontam que o principal motivador de tentativas ou realizações de feminicídios pelos homens é a decisão do término de um relacionamento ou algum vínculo afetivo, por parte da mulher. Segundo este relatório, 75% dos feminicídios cometidos têm companheiros e ex-companheiros como autores dos crimes. O Atlas da Violência 2022 (2022) divulgou o aumento de 8,3% da taxa de homicídios de mulheres dentro de suas residências de 2008 a 2018.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 (Martins; Lagreca; Bueno, 2022) aponta um aumento da diferença entre a taxa de feminicídio entre 2016 a 2020, passando de 929 feminicídios em 2016 para 1.354, em 2020. E, entre 2020 e 2021, houve um declínio sensível do índice de feminicídio, segundo a tipificação pela LEI 13.104/2015<sup>2</sup>, com 13 feminicídios a menos em 2021 que no anterior, para 100 mil mulheres.

---

<sup>2</sup> Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015 que é uma alteração do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848 e do art. 1 da Lei nº 8.072, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora de crime de homicídio e incluir o feminicídio como um dos crimes hediondos, respectivamente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm)>. Acesso em 24 nov. 2022.

A Rede de Observatórios de Segurança publicou o já citado Relatório “Elas Vivem” (2023) informando que 2.423 mulheres foram vítimas de algum tipo de violência e mais de uma mulher sofreu feminicídio por dia, contabilizando 495 registros em 2022 no país. Entre os anos de 2021 e 2022, houve uma atenuação de -3,34% dos registros de violência contra a mulher, passando de 929 para 898 casos, computando ao menos um caso de violência contra a mulher a cada quatro horas. Estas vítimas de feminicídio tentado ou familiares de feminicídio consumado também são atendidas pelo CRAVI, ainda que violência doméstica não seja contemplada como crime contra a vida, mas quando progride para a tentativa de feminicídio, essa tipificação é crime contra a vida.

Esses dados relevantes nos trazem questionamentos importantes: os crimes cometidos contra mulheres estariam, de fato, em um processo de atenuação? Ou as políticas públicas estariam atingindo os objetivos a que se propõem? Poderíamos pensar também sobre as denúncias não realizadas e a subnotificação dos dados, contando com o não registro de feminicídio na certidão de óbito da mulher? São questionamentos que não se esgotam neste texto, mas, pelo contrário, nos instiga a continuar estudando e trabalhando com vítimas de violência.

A experiência de atendimento psicológico de casos, em especial, de mulheres vítimas de feminicídio tentado e familiares de vítimas de feminicídio consumado apresenta particularidades importantes que serão apresentadas neste trabalho e que foram obtidas durante um estágio realizado no CRAVI.

O Centro de Referência de Apoio à Vítima (CRAVI) é um programa da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado em parceria com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública que, segundo Costa e D’Auria (2023), é o único em São Paulo que oferece orientações e atendimentos psicossociais público e gratuito às vítimas diretas e indiretas de crimes contra a vida.

Sua missão é “ser referência para ações e políticas públicas que visam a superar os ciclos de violência e promover reconhecimento, cidadania e acesso à justiça e aos direitos de vítimas de crimes violentos” (Secretaria da Justiça e Cidadania, s/d). Atualmente conta com as treze unidades: Sede (Barra Funda), Araçatuba, Barueri, Caieiras, Grajaú, Guarulhos, Itaim Paulista, Itapeverica da Serra, Jova Rural, Pindamonhangaba, Santos, São Vicente e Suzano. O programa deveria passar por expansão, devido à demanda da população por políticas públicas para estes serviços interventivos. Outras unidades foram fechadas em outras quatro localidades de São Paulo, como as unidades de Campinas, Região do ABC e Pindamonhangaba, e os atendimentos realizados foram direcionadas para outros serviços públicos, sobrecarregando-os.

Este programa, inaugurado em 1998, tem por objetivo dar efetividade ao artigo 245 da constituição federal, que afirma que “A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito” (Brasil, 1988) e os incisos V e VI do artigo 278 da Constituição Estadual de São Paulo, que afirmam que o Poder Público deverá viabilizar a “criação e manutenção de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência”, bem como a “instalação e manutenção de núcleos de atendimento especial e casas destinadas ao acolhimento provisório de crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiências e vítimas de violência, incluindo a criação de serviços jurídicos de apoio às vítimas, integrados a atendimento psicológico e social” (São Paulo, 1989). Observa-se que a intervenção voltada para as vítimas de violência fica subentendida dentro desses incisos, mas não é delineada de forma clara em relação a programas específicos ou delimitação de um investimento contínuo.

O CRAVI conta com uma equipe interdisciplinar formada por psicólogos, assistentes sociais e o setor administrativo, que realizam atendimentos conforme metodologia construída e periodicamente revista pelos próprios profissionais do programa. Toda a metodologia mantém o respeito ao espaço de fala e a premissa da confidencialidade sobre o caso.

Esta metodologia compreende basicamente três etapas: triagem, em que é realizada a primeira escuta do caso com o objetivo de avaliar qual é a ocorrência apresentada pela vítima e para poder ser pensado o encaminhamento do caso interna ou externamente, com a rede especializada nas reuniões interdisciplinares. A triagem pode ser feita por todos os profissionais atuantes no CRAVI, em formato presencial ou on-line.

Os casos de homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e risco de morte são encaminhados internamente no fluxo do acompanhamento para acolhimento e atendimento, realizados pelos psicólogos e assistentes sociais, podendo ser simultaneamente ou não. Posteriormente, o acolhimento, em que são realizados de 3 a 5 encontros para o processo de escuta e elaboração da demanda da vítima que, diante da dor, pode ser impreciso, pois geralmente trata-se do acesso à justiça, conforme Fedri (2019). Nestes encontros, as vítimas podem trazer familiares e pessoas próximas também estão sofrendo pela perda do ente querido ou com a tentativa de homicídio.

Por fim, o atendimento, que pode ser individual ou em grupo, também realizado por assistentes sociais e psicólogos, com o objetivo de fortalecer a autonomia da vítima, o exercício de sua cidadania e o restabelecimento da confiança em relação à sua realidade. Este atendimento não delimita quantidade de encontros, mas avalia e considera a necessidade individual. O atendimento jurídico é realizado por meio de parceria estabelecida com o Ministério Público e com a Defensoria Pública.

Neste aspecto, o papel da psicologia do atendimento às vítimas de violência, conforme Fedri (2019) e Costa e D'Auria (2023) é ajudar na ressignificação das violências vividas com a transição da percepção de si como objeto da violência para sujeito de escolhas e com acesso a direitos, legitimação do seu sofrimento, desenvolvimento do exercício da cidadania e autonomia. Isso reafirma o compromisso da Psicologia com os Direitos Humanos. Nesta metodologia, a contribuição da Psicologia está no exercício da escuta, acolhimento e reconhecimento das histórias vividas, além do desenvolvimento de conceitos e práticas importantes como: vítima, luto, sujeito de direitos, nomeação dos sofrimentos, acesso à justiça e a compreensão do contexto individual para a quebra do ciclo da violência.

Na equipe, periodicamente são realizadas reuniões e supervisões de todos os casos, assim como a discussão com representantes da Promotoria, a fim de orientar quanto ao direcionamento jurídico dos casos. Nestas reuniões de equipes tanto gerais quanto internas a cada unidade, são pensadas conjuntamente a necessidade de acionamento de outras instituições da rede externa, os direcionamentos e manejos dos casos em atendimento e análises correspondentes às demandas e aos atendimentos oferecidos.

No que se refere à casos de violência doméstica, o CRAVI conta com a parceria estabelecida com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em cursos de graduação e pós-graduação para a realização de atendimentos psicológicos, em que estagiárias e estagiários realizam ou participam de tal acompanhamento, supervisionados pela equipe e seus respectivos docentes. Também houve a atuação de outras universidades em períodos anteriores tanto no modelo de estágios no período letivo de ensino, como em atuações pontuais. Neste aspecto, a contribuição na formação de profissionais formados e em formação é vista como uma colaboração para a sociedade tanto na formação profissional qualificada e com desenvolvimento de experiência nos atendimentos às vítimas de violência doméstica e vítimas diretas e indiretas de feminicídio tentado e também para a sociedade que se beneficia destes atendimentos.

Desde sua inauguração, o CRAVI realizou mais de 63 mil atendimentos, sendo 6.987 atendimentos em 2022, conforme Costa e D'Auria (2023). Quanto aos casos de feminicídio, o CRAVI começou a registrá-los a partir do ano de 2015, ano da promulgação da lei qualificante do feminicídio. Os autores afirmam que 90% do público que busca os serviços do CRAVI é composto por mulheres e, destas, 65% são mães e irmãs de vítimas de feminicídio e 45%, parentes de vítimas de homicídios. As principais ocorrências atendidas em 2019 foram: violência sexual, homicídio e tentativa de feminicídio (Portal Do Governo, 2020).

Segundo pesquisas realizadas internamente no CRAVI, foi identificado que 78% do público geral que buscou atendimento foi do gênero feminino, de cor branca, com idade média de 39 anos, estado civil solteira e com ensino médio completo. O Atlas da Violência (2021) informa que a maioria das vítimas de feminicídio (66%) são mulheres negras ou pardas, com mesma faixa etária e demais dados. Isso nos faz pensar sobre quem tem acesso à informação e busca por cuidados interventivos na fase da violência doméstica antes de chegar ao feminicídio tentado ou consumado, em relação à raça e cor da vítima.

A partir da experiência de estágio no CRAVI, é possível identificar que a busca pelos cuidados prestados neste serviço no âmbito jurídico, psicológico e social para as vítimas diretas e indiretas de crimes contra a vida, muitas vezes, requerem um esclarecimento do que é oferecido no local. O que é comum acontecer é o desconhecimento, pelas vítimas diretas e indiretas, sobre a existência do CRAVI e, conseqüentemente, das possibilidades de atuação por meio deste programa. Além disso, pode-se observar o quanto o desconhecimento e os impactos cognitivo, físico, emocional, social e espiritual das vítimas de violência afetam a busca pelos órgãos que podem oferecer serviços de apoio e acompanhamento às necessidades oriundas do crime vitimador.

No tocante às políticas públicas, é importante ressaltar que estas são caracterizadas como “programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos relevantes e politicamente determinadas”, segundo Bucci (2006, p. 241). Ou seja, são iniciativas para ações dos governos direcionadas para uma demanda da sociedade.



Meneguim e Freitas (2013) pontuam a importância da realização de estudos que envolvem o desenvolvimento das políticas públicas, com ênfase nos motivos que as tornam necessárias, planejamento das ações, definições do agente de implementação e levantamento das normas direcionadoras durante e após a sua execução, como também estudos anteriores e posteriores à implementação.

Sobre isto, os autores indicam as seguintes questões como uma proposta de avaliação de construção e efetividade das políticas públicas: É reconhecido o impacto do problema que se deseja tomar providência? “A intervenção governamental trará uma solução para o problema em questão? Há relação de causalidade entre a possível intervenção e o problema existente? Há alternativa eficaz e de menor custo?” (Meneguim; Freitas, 2013, p. 6). Os autores afirmam que esta avaliação prévia, na maioria das vezes, não é feita com cuidado no Brasil, mesmo que seja de competência do Congresso Nacional.

O CRAVI trata-se de um programa estadual que procura se efetivar como uma política pública voltada para vítimas de crimes contra a vida. Em especial no que tange ao feminicídio tentado e familiares de vítimas de feminicídio consumado, o CRAVI desempenha um importante papel na representação da atuação das leis de proteção a este público, no entanto a sua consolidação como política pública é algo a ser realizado, a fim de proteger os direitos dos cidadãos de intervenções psicossociais e ações preventivas, caso contrário pode se estabelecer como uma rede falha de intervenção devido a oscilação de existências das unidades e dificuldade na consolidação da rede apoio à vítimas.

Importância do trabalho em equipe interdisciplinarmente realizado no CRAVI voltado para as situações de violência doméstica encontra-se na interseção dos diversos saberes e complementando com Costa e D’Auria (2023, p. 164), ao afirmarem sobre a equipe ser “facilitador no acesso à justiça, garantindo à vítima a proximidade com os órgãos do Judiciário e o acesso à informação, tão cara a quem não tem, muitas vezes, ideia do que fazer após um crime”.

Outro papel importante no CRAVI encontra-se na articulação das diversas instituições públicas, outros programas de intervenções e instituições não governamentais que integram a rede de atendimento à mulher atuando diretamente com vítimas de violência doméstica e familiares de vítimas de feminicídio, como as redes de saúde, redes de assistência social e desenvolvimento. A confluência da rede na atuação direta com este fenômeno complexo auxilia a lidar com as limitações encontradas nas atuações individuais e pontuais, entendendo a necessidade de uma estratégia personalizada de atuação contando com a rede territorializada da vítima, visto que o feminicídio é o resultado de violências domésticas cronicadas na vida da mulher.

São realizadas pesquisas recorrentemente sobre a prática e avaliação dos serviços prestados, contabilização e caracterização do público atendido para o planejamento de novas propostas de intervenção, estudos e outras formas de divulgação do CRAVI e de outros meios de apoio às vítimas, colaborando com o desenvolvimento destas políticas públicas e corresponde à sua missão, oferecendo dados empíricos e análises sobre a atuação deste serviço. Além disso, a produção de materiais informativos e orientativos como cartilhas, folders e livros compõem uma das formas de atuação e divulgação dos serviços oferecidos pelo CRAVI, com a intenção de popularizar uma eficiente intervenção a este fenômeno.

Mensalmente são oferecidas oficinas e palestras que contemplam diversos temas relacionados ao público atendido com os direitos humanos para as populações vulneráveis, os processos de luto em situações de homicídios ou suicídios, isolamento social, assédio e discriminação, violência com a mulher, racismo institucional, violência autoinfligida, exploração e abuso sexual, entre outros. Tais atividades podem ser direcionadas aos profissionais e servidores públicos atuantes com estes públicos, estudantes das áreas diretas de atuação (saúde, assistência social, direito e educação) e população em geral. Este item compõe a intervenção em longo prazo voltada para a sociedade, conscientização sobre aspectos da violência, como a identificação do ciclo de violência e progressão gradual desse processo, por exemplo.

Cabe ressaltar que a capacitação e atualização dos profissionais também se fazem necessárias e são realizadas com o intuito de oferecer direcionamentos técnicos aos servidores públicos que atendem as populações vulneráveis. A prática de cuidar de quem cuida pode ser vista como uma ampliação da conduta voltada ao cuidado e direitos humanos.

Como também informar às vítimas de violência doméstica e tentativa de feminicídio via telefonema sobre as resoluções das Audiências de Custódia, por exemplo, se o agressor irá responder em liberdade e quais possíveis orientações a vítima será beneficiada. Foram realizadas 266 ligações telefônicas para as vítimas após as audiências de custódia em 2019. Já em 2018 foram 188 casos.

O trabalho realizado neste programa tem o intuito de desenvolver o protagonismo das vítimas, contribuir com o fortalecimento do conceito de cidadania, validar as histórias de conquistas e perdas, as memórias e reconhecê-las como pessoas com direitos. O conhecimento do funcionamento dos serviços prestados no CRAVI, a lógica do funcionamento jurídico, locais e órgãos prestadores de serviços às vítimas podem ser entendidos como um fator de reconhecimento e validação da violência sofrida, do luto das vítimas, além do acesso das pessoas vitimadas para tais serviços e políticas públicas. O que tem um aspecto importante a ser destacado, é a possibilidade de efetivação dos seus direitos por meio do reconhecimento de si, da sua história e da sua memória, que antes foram negligenciados às vítimas de violência doméstica e vítimas indiretas de feminicídio consumado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, podemos destacar o papel deste programa na intervenção e política de reparação visando a efetivação dos direitos humanos para vítimas diretas e indiretas em contexto de violência. Os dados de violência evidenciam o notório índice de vítimas que poderiam ser beneficiadas por este serviço, porém o desconhecimento deste serviço impossibilita o acesso a este suporte psicossocial. O perfil sociodemográfico das vítimas que têm acesso provoca reflexões em relação a questões estruturais da sociedade. A ampla divulgação deste serviço precisa continuar sendo realizada para alcançar todo o público a ser favorecido.

Por outro lado, o aumento da equipe e de novas unidades são investimentos necessários, visando a continuação da realização de um trabalho com intervenções em longo prazo voltadas para a sociedade. O fechamento das unidades impede o desenvolvimento do trabalho e destes programas, ocorrendo o descumprimento dos artigos constitucionais federal e estadual citados anteriormente. Também, em relação ao investimento neste serviço, cabe contemplar a questão da desvalorização salarial dos funcionários e o desmonte às políticas públicas dos direitos humanos da mulher, sobretudo nos serviços de atendimento de enfrentamento de violência contra a mulher diante dos fechamentos de algumas unidades de Centros de referência.

Como vimos, o trabalho com vítimas de violência doméstica encontra limitações em suas ações devido à complexidade deste fenômeno atuando em rede consolidada. Esta limitação pode ser potencializada quando a rede de apoio à vítima é composta por programas que têm sua existência ameaçada a cada mudança política, por exemplo, uma vez que lida com um problema complexo e contínuo. Sendo assim, faz sentido nos questionarmos sobre a possibilidade de reparação efetiva realizada pelo CRAVI às vítimas de violência doméstica, diante de tantos percalços e, em paralelo, um enfrentamento pela própria existência do Centro de Referência de Apoio à Vítima. Visto que um dos vieses buscados é o reconhecimento dos direitos destas vítimas diretas e indiretas, o CRAVI também carece de ser reconhecido e instituído como política pública.

A falta desse investimento também pode ser vista como uma forma de banalização da violência, não havendo considerações às vítimas sobreviventes e às histórias das vítimas fatais. A desqualificação dessas vítimas diretas e indiretas retoma essa mesma discussão, em que a falta de investimentos para intervenções às vítimas de violência indica a insensibilidade por parte do poder público, bem como realça a impotência deste público. No momento em que se banaliza a violência e desqualifica a estas vítimas, podemos entender que não reconhecimentos dos seus processos de luto, de suas perdas sociais, estruturais, da liberdade e da integridade física.

O desenvolvimento de pesquisas e a construção de materiais informativos abordando tais assuntos podem ser pensados como uma ferramenta para a construção de conhecimento para embasamento da construção de políticas públicas e, portanto, de dignidade humana, além da validação do processo de luto via acesso à justiça e desenvolvimento de autonomia.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, R. B.; Adrião, K. G. (2017). Políticas públicas para as mulheres no Brasil de 1985 a 2016: uma análise sobre sujeitos. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis.
- Brasil. [Constituição (1988)]. (1990). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. Saraiva.
- Brasil, *Lei nº. 11.340*, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha) (2006). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm#art46](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm#art46)>. Acesso em: 04 de fev. 2023.
- Brasil, *Lei nº. 1.604*, de 13 de dezembro de 2022 (2022), (Alteração da Lei Maria da Penha). Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9171804&ts=1675453653924&disposition=inline>>. Acesso em: 26 de fev. 2023.
- Bucci, M. P. D. (2006). *Direito Administrativo e políticas públicas*. Editora Saraiva.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. *Vida Precária*. (2019). Os poderes do luto e da violência. Autêntica.
- Cerqueira, D. et al. (2021). *Atlas da violência 2021*. Ipea; FBSP.
- Cerqueira, D. et al. (2022). *Atlas da violência 2022. Especial violência contra a mulher*. Ipea; FBSP. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9144-dashboardviolenciawulherfinal-1.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2023.
- Costa F. J.; D'auria, P. S. M. (2023). Apoio às vítimas diretas e indiretas de crimes contra a vida e o atendimento integral do centro de referência e apoio à vítima. *Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa* [recurso eletrônico]. São Paulo: Instituto Brasileiro de Atenção e Apoio às Vítimas.
- Fedri, B. C. (2019). Memória e justiça: a psicologia no atendimento às vítimas de violência. *Mudanças – Psicologia da Saúde*: 27(1).
- Franco, M. H. P. (2021). *O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno*. Summus.

Martins, J.; Lagreca, A.; Bueno, S. (2022). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022. FBSP.

Meneguim, F. B.; Freitas, I. V. B. (2013). Aplicações em avaliação de Políticas Públicas: Metodologias e estudos de caso. *Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado*. Portal do Governo. *Cravi divulga balanço sobre perfil de vítimas de violência atendidas pelo programa*. Disponível em : <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/cravi-divulga-balanco-sobre-perfil-de-vitimas-de-violencia-atendidas-pelo-programa/>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

Rede de Observatórios da Segurança. (2023). *Elas vivem: dados que não se calam*. CESeC. São Paulo. [Constituição (1989)]. (1995). *Constituição do Estado de São Paulo*. 4. ed. atual. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Secretaria da Justiça e Cidadania. *Centro de Referência e Apoio à Vítima*. Site Secretaria da Justiça e Cidadania, s/d. Disponível em: <<https://justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/centro-de-referencia-de-apoio-a-vitima/>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

Teixeira, T. (2020). *Luto paterno: a revisão integrativa da literatura brasileira acerca do pai que perdeu seu filho por causa externa*. 2020. 97 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica.

## COMO CITAR ESTE TEXTO

Teixeira, T. ; Fedri, B.C. (2023). Uma política pública para mulheres vítimas de feminicídio tentado e familiares de feminicídio consumado: a experiência no Centro de Referência e Apoio à Vítima *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 9, n.2, 06-22. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137feminicidio>

RECEBIDO EM:30/03/2023  
APROVADO EM: 20/06/2023



**“COMO SE FOSSE DA FAMÍLIA”:  
o luto não reconhecido de mulheres  
resgatadas do regime de trabalho doméstico  
análogo à escravidão**

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137familia>

**Fulvia Ciappa Gattardo Contieri**  
*fulviaciappa@yahoo.com.br.*

Psicóloga Clínica, pós-graduanda em Ações Terapêuticas para Situações de luto pela PUC/ SP  
e pós-graduanda em Intervenções Psicológicas Fundamentadas na Teoria do Apego pelo  
Quatro Estações Instituto de Psicologia

**Bruno Cervilieri Fedri**  
*brunofedri@gmail.com*

Formado em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo, especialista e mestre em  
Psicologia clínica pela PUC/SP, com aperfeiçoamento em Psicanálise pelo Sedes Sapientiae.  
É doutorando em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP e autor do livro  
“Dor de Mãe: Lutos da Violência Urbana”, editora Zagodoni (2017).



**“COMO SE FOSSE DA FAMÍLIA”: O LUTO NÃO RECONHECIDO DE  
MULHERES RESGATADAS DO REGIME DE TRABALHO DOMÉSTICO  
ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO**

**“AS IF THEY WERE FAMILY”: THE GRIEF OF WOMEN RESCUED FROM  
SITUATIONS OF DOMESTIC SLAVERY**

**“COMO SI FUERAS DE LA FAMILIA”: EL DUELO NO RECONOCIDO DE  
LAS MUJERES RESCATADAS DEL RÉGIMEN DE TRABAJO DOMÉSTICO  
ANÁLOGO A LA ESCLAVITUD**

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo apresentar as especificidades relacionadas ao luto não reconhecido provocado pelas mudanças decorrentes das situações de resgate de mulheres vítimas de trabalho escravo doméstico que estiveram por muitos anos convivendo com a mesma família, construindo vínculos, identidade e função mesmo em um ambiente permeado por relações assimétricas de poder. Considera-se observar os aspectos relacionados ao ato do resgate que culminam com a saída brusca do ambiente de convivência onde muitas vezes elas se negam a deixar, assim como a atuação dos profissionais que atuam no trabalho de pós resgate, e o quanto podem ofertar a essas vítimas lugar de cuidado e segurança, que propiciem a vivência do pesar e de todas as emoções e sentimentos decorrentes dessa situação de mudança, viabilizando a sua reorganização e construção de novos significados e possibilidades de existência no porvir.

**Palavras-chave:** luto – não reconhecido, trabalho escravo doméstico

## ABSTRACT

This work aims to present the specificities related to the unrecognized mourning caused by the sudden changes resulting from the rescue situations of women victims of domestic slavery who have been living with the same family for many years, building bonds, identity, and function even in an environment permeated by asymmetrical power relations. It is considered to observe the aspects related to the rescue act that culminate in the abrupt departure from the living environment where they often refuse to leave, as well as the work of professionals who work in the post-rescue process, and how much they can offer these victims a place of care and safety that facilitates the experience of grief and all the emotions and feelings resulting from this situation of change, enabling their reorganization and construction of new meanings and possibilities of existence in the future.

**Key words:** Mourning unrecognized, domestic slavery.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar las especificidades relacionadas con el duelo no reconocido causado por los cambios repentinos resultantes de situaciones de rescate de mujeres víctimas de esclavitud doméstica que han estado viviendo con la misma familia durante muchos años, construyendo lazos, identidad y función incluso en un ambiente permeado por relaciones de poder asimétricas. Se considera observar los aspectos relacionados con el acto de rescate que culminan en la partida abrupta del entorno donde a menudo se niegan a abandonar, así como el trabajo de los profesionales que trabajan en el proceso post-rescate, y cuánto pueden ofrecer estos profesionales un lugar de atención y seguridad que facilite la experiencia del duelo y todas las emociones y sentimientos resultantes de esta situación de cambio, permitiendo su reorganización y construcción de nuevos significados y posibilidades de existencia en el futuro.

**Palabras clave:** Duelo no reconocido, esclavitud doméstica.

## INTRODUÇÃO

Em meados do mês de agosto de 2022, a autora deste artigo, que atua como psicóloga voluntária no Projeto Íntegra: Gênero e Família, recebeu um convite da coordenadora do setor de Psicologia para iniciar um trabalho em parceria com o MPT (Ministério Público do Trabalho) que consistia no oferecimento de atendimento psicológico a mulheres que foram vítimas de trabalho escravo doméstico e tinham sido resgatadas.

A partir da experiência dos atendimentos prestados e das histórias vividas por essas mulheres, a pesquisadora pode entrar em contato direto com a situação degradante a que foram expostas e verificou que situações similares a essas estão se mostrando com frequência em muitas localidades do nosso país. Segundo a cartilha do SUAS elaborada em 2020, em parceria com órgãos de combate à prática de trabalho escravo e tráfico de pessoas, essas duas graves condições de violação dos direitos humanos, se encontram ainda presentes no mundo inteiro.

O livro elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada) em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) que apresenta as especificidades e vulnerabilidades relacionadas ao trabalho doméstico (2021), aponta que a prática remunerada deste no Brasil envolve aproximadamente 6 milhões de mulheres que o exercem como atividade profissional diariamente e ainda em pleno século XXI é uma das ocupações mais vulneráveis à disposição dessas trabalhadoras que são, em geral, mulheres, negras, com pouca escolaridade e oriundas das camadas de mais baixa renda.

Os dados apresentados pela cartilha do IPEA (2021) ilustram o contexto de vulnerabilidades apresentadas na história das mulheres resgatadas, em que desde muito cedo, foram expostas a situações de abandono, negligência, indiferença e até tentativas de abuso daqueles que deveriam ser os seus cuidadores, seja dentro da família nuclear ou daquela a que foram acolhidas quando não tinham mais para onde ir.

Nos lares em que foram acolhidas na infância ou início da adolescência vivenciaram as situações ambíguas de vinculação e não pertencimento, pois da mesma forma que moravam na residência, e compartilhavam da convivência familiar, prestavam serviços domésticos, tendo um lugar bem definido, que não as colocavam em um patamar de igualdade com as crianças ou adolescentes da casa que tinham acesso ao estudo, lazer, conforto, afeto e cuidado, e toda a capacidade de um ambiente seguro para o seu desenvolvimento pessoal. É preciso ressaltar que nem todas elas viveram a vida toda trabalhando junto com a mesma família que conviveram na infância, entretanto, aprenderam desde pequenas, a prestarem os seus serviços, morando junto com as famílias com as quais trabalhavam.

Os cuidados prestados a essas pessoas ocorreram por décadas, onde participaram da criação de gerações da mesma família, compreendendo terem um lugar e função dentro desse cotidiano, renunciando à própria identidade e deixando-se absorver pelo ambiente a que fizeram parte sem se darem conta dos abusos sofridos. Esse fato denota um tipo de vínculo que inclui e ao mesmo tempo exclui, tornando o sujeito familiar e ao mesmo tempo estranho, fortalecendo as ambiguidades presentes nessa relação.

Segundo Ferraz (2021), algumas características da relação entre as mucamas que serviam aos senhores na casa grande durante os tempos da escravidão, ocupando um lugar importante e até mesmo fundamental no seio familiar e principalmente no cuidado com os filhos de seus senhores, são reproduzidos pelas empregadas domésticas dos tempos atuais, especialmente daquelas que co-habitam com a família a qual prestam serviço, em que lhe é exigido dar conta das várias demandas que são apresentadas, como se estivessem em todos os lugares ao mesmo tempo, como um espectro que ronda a casa que é invisível, mas que se torna visível quando necessário, transitando entre dois polos, ora pertencendo a família empregadora, ora não.

Podemos encontrar esse processo de ambiguidade presente, no ato do resgate das mulheres vítimas do trabalho escravo doméstico como explicitado na matéria da ONG Repórter Brasil publicada em 13/05/2022, escrita por Leonardo Sakamoto e Daniel Camargos.

Segundo a matéria, uma mulher de oitenta e dois anos de idade, foi resgatada do ambiente de convívio junto à família a qual prestou serviços domésticos por setenta e dois anos sem receber salário. Segundo a publicação, “essa é a mais longa exploração de escravidão contemporânea registrada no Brasil desde criação do sistema de fiscalização.”

De acordo com a reportagem, seus pais trabalhavam em uma fazenda no interior do estado e com doze anos de idade ela foi trabalhar na casa dos proprietários realizando serviços domésticos. Após o falecimento dos patrões, transferiu-se para a casa da filha do casal e além de desempenhar as suas atividades, cuidava das crianças. Hoje atua como cuidadora da patroa. Ao todo serviu três gerações da mesma família.

Segundo o empregador, ela era tratada como um membro da família, e o seu trabalho era uma colaboração voluntária no âmbito familiar, o que justificaria a sua não remuneração, sendo desmentido pelos vizinhos, que disseram que ela era tratada como uma empregada doméstica. De acordo com o auditor fiscal do trabalho que acompanhou o caso, é muito comum ouvirem por parte dos patrões que a vítima é “como se fosse da família”, entretanto para essa pessoa, não fora permitido acesso ao estudo e instrução, desenvolvimento pessoal, criação de laços familiares externos, autonomia nas tomadas de decisão sobre a sua própria vida.

Da parte da idosa que foi resgatada, a maior preocupação era com a sua patroa que ficaria sozinha e não teria ninguém para cuidar dela, não se reconhecia como vítima de trabalho escravo, chegando a pedir para voltar.

O comportamento da idosa descrito na reportagem acima, foi o mesmo relatado pelas mulheres atendidas, que não se reconheciam em situação de trabalho escravo doméstico e relutaram em serem resgatadas, com medo de deixarem a casa que viviam, embora reconhecessem a prática de maus tratos, não receberem salários e viverem em um ambiente hostil.

A maior preocupação apresentada por elas, assim como da idosa da reportagem, era deixar as pessoas da casa, em especial as crianças que ficariam sozinhas e precisavam de seus cuidados. Diante da similaridade observada tanto nas experiências dos atendimentos com mulheres vítimas de trabalho escravo doméstico, quanto no contexto verificado na reportagem, a autora buscou como proposta aprofundar o olhar sobre as situações que decorrem desses resgates, em especial, os seus lutos decorrentes das perdas que acompanham a sua retirada dessa situação tais como a desvinculação do ambiente que viviam e das pessoas a ele relacionadas, do mundo que lhes delimitavam uma identidade e função, para a inserção em outro que lhes convida à mudança e à ressignificação do olhar sobre si mesmas.

Desta forma, esse artigo se propõe através dos processos do luto não reconhecido e da teoria das transições psicossociais trazer a reflexão de como essas mulheres, vítimas de trabalho escravo doméstico, podem reconstruir suas vidas a partir da elaboração de suas perdas e como o profissional que atua no trabalho do pós resgate pode auxiliá-las nesse processo.

O artigo terá como objetivo apresentar o seguinte roteiro: o trabalho doméstico no Brasil, os desafios e as vulnerabilidades de quem provê a sua sobrevivência desempenhando essa prática laboral, assim como os fatores de risco que desencadeiam os abusos nas relações de trabalho enveredando na prática criminosa do trabalho escravo doméstico. O panorama acima descrito irá incluir o perfil de vítimas e as políticas de enfrentamento. Em seguida, será caracterizado o processo do luto não reconhecido, em especial, os condicionantes do luto que o levam ao não reconhecimento dessa condição por parte dos que resgatam, acolhem e cuidam da vítima assim como da própria vítima, que não se sente legitimada em elaborar as suas perdas mesmo que essas decorram de situação de violação de direitos. Por fim, será apresentada como sugestão uma proposta de ação terapêutica, no trabalho do pós-resgate, visando o fortalecimento dessas mulheres através do auxílio à elaboração de suas perdas propiciando a construção de um novo significado para a sua existência no mundo, assim como a possibilidade de acolher as novas possibilidades que decorrerão desse novo lugar.

## O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

O que a gente observa é a violência racial como entretenimento e que o país da suposta democracia racial ainda não deixou de ser separado por casa grande e senzala.  
Luciana Conforti<sup>3</sup>

Os apontamentos da FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) em relação ao trabalho doméstico no Brasil, indicam que as discriminações de gênero e raça têm atuado como eixos estruturantes dos padrões de desigualdade e exclusão social, refletindo assim no mercado de trabalho, no qual as mulheres, especialmente as mulheres negras, vivenciam as situações mais desfavoráveis.

Ainda segundo a FENATRAD, através de uma análise feita em 6 regiões metropolitanas – Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo – observou-se que o trabalho doméstico é uma das principais formas de inserção no mercado de trabalho das mulheres negras, representando entre 22% (em Salvador) e 32% (em Porto Alegre) do total da sua ocupação.

Dentre as trabalhadoras domésticas, a maior parte é constituída por mensalistas, com e sem carteira de trabalho assinada, que representam proporções sempre acima de 72% nas seis regiões metropolitanas analisadas, assim como uma situação de trabalho mais instável e precária, representando proporções acima de 20% em todas as regiões. Outro aspecto que chama a atenção são as diferenças raciais que se fazem notar com bastante intensidade neste caso. Segundo a FENATRAD a maior parcela de trabalhadoras domésticas possui entre 25 e 39 anos, tanto entre as trabalhadoras domésticas negras como entre as não-negras. No entanto, há mais prevalência de mulheres negras entre as jovens de 18 a 24 anos.

---

<sup>3</sup> Juíza do Trabalho do TRT da 6ª Região e autora do livro O direito fundamental de não ser escravizada

A escolaridade da maioria das trabalhadoras domésticas concentra-se no ensino fundamental incompleto, o que significa menos de 8 anos de estudo. As trabalhadoras domésticas não-negras têm um nível ligeiramente superior ao das mulheres negras: o percentual de negras com o ensino fundamental incompleto superou a de não-negras, exceto em algumas categorias e regiões. (FENATRAD, 2023. Online)

Os apontamentos realizados pela FENATRAD relacionados às atividades do trabalho doméstico no Brasil, corroboram com as considerações apresentadas pela Organização Internacional do Trabalho, OIT (2021), que esclarece que a sua atividade envolve aproximadamente 6 milhões de mulheres, sendo essa uma das ocupações mais vulneráveis, desvalorizadas e desprotegidas socialmente, à disposição das trabalhadoras que são em geral, mulheres negras com pouca escolaridade e oriundas das camadas mais baixas de renda.

Quanto às conquistas para a categoria dos trabalhadores domésticos, segundo Bortoletti et al. (2021) a sanção da Lei Complementar 150 trouxe importante avanço na consolidação dos direitos dos trabalhadores domésticos, equiparando-os aos trabalhadores urbanos de forma significativa através da Emenda Constitucional 72, que veio regulamentada pela Lei Complementar 150/2015.

A PEC das Empregadas Domésticas garantiu igualdade de direitos entre os trabalhadores. Entre os direitos adquiridos estão salário maternidade, auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, pensão por morte, aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição. (Senado Federal, 2023, Online)

Realizado no espaço privado, o trabalho das empregadas domésticas que moram na casa dos patrões implica em uma intimidade com os demais moradores deste espaço, o que faz com que essa relação seja atravessada por uma ambiguidade que oculta os limites entre o profissional e o íntimo, entre o trabalho e o afeto.

Na relação com os empregadores, as empregadas domésticas podem demonstrar obediência e fidelidade, entretanto também podem revelar que essa subserviência lhes custa muito caro – o que não garante que terão algum tipo de reação específica, nem que romperão com essa condição, nem que permanecerão caladas. Assim, o processo de conscientização das empregadas domésticas sobre a própria condição subalterna se mostra demasiado complexo para as que moram na casa dos patrões, justamente porque a ambiguidade afetiva atravessa as relações entre ambos. (FERRAZ, 2021)

## O TRABALHO ESCRAVO DOMÉSTICO

As escravizadas domésticas são vítimas do ciclo vicioso que associa pobreza, raça, trabalho infantil, divisão sexual do trabalho e maior atribuição das tarefas e cuidados às mulheres, entre outras situações.  
Luciana Conforti<sup>4</sup>

A publicação do podcast “A Mulher da Casa Abandonada”, apresentado pelo Jornal Folha de São Paulo, de autoria do jornalista Chico Felliti, lançado no dia 08/06/2022, ofereceu uma maior oportunidade de engajamento social referente ao aumento das denúncias anônimas de pessoas que estão vivendo sob regime de trabalho escravo doméstico.

Nesse podcast, o jornalista apresentou a história de Margarida Bonetti, uma mulher que viveu por muitos anos em um casarão em São Paulo, no bairro de Higienópolis, escondida das autoridades americanas por ter sido acusada de manter por 20 anos sua empregada em situação de trabalho escravo doméstico. Após o podcast vir ao ar, segundo reportagem do site de notícias UOL, as denúncias aumentaram em 67%. Esses dados foram levantados por Chico Felliti, autor do podcast, junto ao MPT (Ministério Público do Trabalho). Assim como a publicação do podcast, outro caso que proporcionou a eclosão das denúncias anônimas de trabalho escravo doméstico foi o de Madalena Giordano, resgatada na cidade de Patos de Minas, no estado de Minas Gerais no final de 2020.

---

<sup>4</sup> Seminário sobre a erradicação do trabalho escravo doméstico, realizado em 18/08/2021

Madalena, além de ter sido obrigada a prestar serviços domésticos à família que a adotara aos 8 anos de idade, também foi vítima de violência doméstica e roubo. Ainda referente ao caso de Madalena, é preciso observar a idade em que ela iniciou o trabalho doméstico. Segundo reportagem do jornal *El País* publicada no dia 14/01/2021, Madalena bateu à uma porta pedindo comida, e a dona da casa a acolheu com a promessa de adoção, oferecendo a ela o que a sua mãe não conseguiria proporcionar naquele momento. Prometeu estudo e um ambiente favorável que assegurasse o seu desenvolvimento pessoal, entretanto, desde então Madalena só realizou atividades domésticas, sem ter nenhuma das promessas oferecidas atendidas, ao contrário, foi explorada pela família desde a sua infância.

Segundo o MPT (Ministério Público do Trabalho), uma das modalidades de trabalho escravo mais identificadas em áreas urbanas é o trabalho escravo doméstico, tendo mulheres negras como as suas principais vítimas. O órgão também aponta um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2019, que mostra que mais de 6 milhões de brasileiros e brasileiras se dedicam aos serviços domésticos, desse total 92% são mulheres. Na avaliação do MPT, o aumento das denúncias de trabalho escravo no setor acontece graças ao empoderamento da categoria das empregadas domésticas ao longo da última década, dentre outros fatores.

O trabalho escravo doméstico é crime. No que se refere à legislação que configura a prática de crime de trabalho escravo contemporâneo, no qual se inclui o trabalho escravo doméstico no Código Penal, Art. 149, verifica-se que, de forma simplificada, sua tipificação diante de quatro condutas específicas:

- a) sujeição da vítima a trabalhos forçados;
- b) sujeição da vítima a jornada exaustiva;
- c) sujeição da vítima a condições degradantes de trabalho;
- d) restrição, por qualquer meio, da locomoção da vítima em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Cada um dos modos de execução, embora seja caracterizado de maneira distinta, pode ser verificado na realidade das relações de trabalho combinados entre si. (MTE,2011)

É importante ressaltar as diferenças entre o trabalho doméstico e o trabalho escravo doméstico onde neste verifica-se a presença do abuso nas relações de trabalho expressas pela exploração através da jornada exaustiva de trabalho sem direito a descanso, cerceamento da liberdade do trabalhador, que pode ocorrer por ameaças e prática de violência psicológica e física, além de falta de pagamentos de salário e exposição a situação degradante de sobrevivência, sendo executado no âmbito privado, dificultando, da parte do poder público, a fiscalização efetiva.

Ao contrário do trabalho para exploração econômica, como aquele em fazendas de gado e carvoarias, que costumam durar o tamanho de uma empreitada, ou seja, de meses a alguns poucos anos, é comum que casos de escravidão doméstica registre longos períodos de relacionamento entre patrões e empregados. (Repórter Brasil, 2023. Online)

Outro fator específico ao trabalho escravo doméstico é o empobrecimento das relações sociais e a falta de vínculos com pessoas fora do ambiente no qual a vítima se encontra inserida, impossibilitando o estabelecimento de uma rede de apoio. De acordo com Camilo Onoda Caldas, diretor do Instituto Luiz Gama, as mulheres submetidas a essas situações, normalmente são isoladas da vida social e familiar e acabam não tendo para onde ir. “A maioria dos casos envolvem mulheres negras, o que mostra que o Brasil não conseguiu romper com sua herança escravocrata. A submissão das mulheres a essa situação está ligada a um isolamento da vida social” (Correio Braziliense, 2023. Online)

Com relação aos aspectos interrelacionais relacionados ao trabalho escravo doméstico, não é incomum que a vítima viva apenas para cumprir a ordem de terceiros, sem ter um protagonismo sobre a sua própria vida, o que pode dificultar a sua convivência com o mundo exterior, e a ideia de que é possível ter uma existência apartada desse contexto. Esse fator pode fortalecer sua manutenção junto ao lugar em que se encontra por acreditar ser essa a sua única possibilidade de sobrevivência, o que muitas vezes justifica a sua estadia nesse ambiente por tantos anos, além da vinculação com os membros da família que embora sejam os exploradores, ao mesmo tempo são os que provém a segurança.

Segundo o auditor Maurício Krepsky, chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, é difícil identificar as situações que envolvem atividade doméstica se não for por meio de um relato inicial. “Geralmente a denúncia não é feita pela vítima, é alguém que está fora e observa, então chegar essa informação é extremamente importante”. (Diário do Comércio, 2022)

“Às vezes, [a vítima] não tem acesso a pessoas ou a lugares nos quais a denúncia pode ser feita. Às vezes, não tem nem sequer consciência do grau de exploração a que é submetida, porque o trabalho escravo afeta principalmente pessoas em grande situação de vulnerabilidade social”, afirma Italvar Medina, procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT). (Diário do Comércio, 2022)

Ao constatar-se que é caso de trabalho escravo, serão adotadas algumas providências emergenciais de atendimento ao trabalhador, podendo citar: abrigo emergencial, transporte, emissão das guias de Seguro-Desemprego, emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho quando cabível, encaminhamento para atendimento emergencial de saúde, providências para emissão de documentação civil, regularização migratória e eventual propositura de ação judicial.

A última fase é o pós-resgate, quando o trabalhador receberá um atendimento especializado, contando com os órgãos e serviços da Assistência Social, que assumirá um papel de grande relevância. Nesse momento, o trabalhador será encaminhado para o acolhimento institucional, se necessário; para o recebimento de benefícios; para atendimento no local de origem, se o resgatado for de outro município; para políticas e serviços de Assistência Social; atendimento à família, encaminhamento ao local de origem; acompanhamento para abertura de conta para o recebimento das verbas rescisórias; acompanhamento quanto à emissão de documentação civil necessária; e regularização migratória, se for o caso. A partir desse momento, a vítima de trabalho escravo terá o acompanhamento da trajetória pela Assistência Social, COETRAE (Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo) e CONATRAE (Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo). (Gov.br, 2023, online)

## **O LUTO NÃO RECONHECIDO E A TEORIA DAS TRANSIÇÕES PSICOSSOCIAIS**

O luto não reconhecido é um processo de luto vivenciado a partir de outro aspecto: quando não há morte da pessoa amada, mas uma separação, igualmente não desejada. (Franco; Polido, 2014) Embora no luto não reconhecido não exista a presença da perda de um ente querido, como no caso do luto por morte, as mudanças por ele evocadas, podem ser igualmente desorganizadoras.

O luto não reconhecido ou não franqueado é aquele que, por não ser socialmente aceito, não oferece condições para a expressão do pesar, dos sentimentos e até mesmo dos conflitos relacionados à perda, principalmente em se tratando dos motivos que levaram a separação.

Segundo Franco (2014 *apud*. Parkes 2009) todos os acontecimentos que provocam mudanças importantes na vida, desafiam o nosso mundo presumido provocando crises até que as adaptações decorrentes dessas mudanças sejam feitas. Nosso mundo presumido é tudo o que temos, e muito do trabalho de reaprendizado e adaptação que se segue após uma perda importante, é definido como um trabalho de transição psicossocial.

Segundo Parkes (1998), o nosso antigo modelo de mundo pode ser imperfeito, mas mesmo abandonando-o poderemos ficar sem nada. Dessa forma, nosso primeiro esforço diante da mudança precisa ser o de interpretá-la à luz de nossas antigas concepções. Não acreditar na realidade pode ser uma reação compreensível a uma mudança e um recém enlutado pode considerar muito difícil a aceitação de um fato, pois nesse período se encontra incapacitado e desarticulado em decorrência da perda. Pode precisar da proteção e do apoio de outros, cujo mundo também tenha sido desorganizado, para receber a segurança que irá capacitá-lo, pouco a pouco, a aceitar a realidade do que aconteceu e torná-la real, possibilitando modificar as suas crenças, assim como o seu sentido de identidade.

## DISCUSSÃO

É preciso levar em conta uma importante questão por parte das vítimas resgatadas da condição de trabalho escravo doméstico: ser como “se fosse da família”, questão que mesmo em situações de abuso e violência as mantém ligadas por anos à essa relação, atribuindo uma identidade para si além de construir e manter vínculos mesmo que disfuncionais.

Segundo Parkes (1998) mudanças pouco importantes não ameaçam nossas concepções básicas e podem ser feitas com alguma facilidade, entretanto, quando a mudança é muito grande e ameaça profundamente concepções arraigadas, podem trazer dificuldades ou causar resistência.

As mulheres resgatadas que foram referidas nesse artigo apresentaram algumas similaridades sendo elas: não se reconhecerem como vítimas de trabalho escravo e não aceitarem deixar o ambiente em que estavam, pois, as pessoas que se encontravam lá precisavam delas, além de que o ambiente, na concepção delas, era seguro pois garantia sua sobrevivência.

Para Franco et. al (2014), a quebra do mundo presumido exige um significativo trabalho de adaptação por parte do enlutado, que se encontra inseguro, fragilizado e desvitalizado. Não foi incomum elas apresentarem uma sensação ambígua em relação ao processo de resgate, como o alívio dos maus tratos, mas também o desamparo de não saber o que fazer da própria vida após o ocorrido já que haviam perdido a identidade de quem eram.

Quanto aos processos referentes ao luto não reconhecido, Franco et. al (2014), ressalta uma de suas distinções em relação ao luto por morte no que diz respeito à rede psicossocial, ressaltando que quando falece uma pessoa querida é natural que as pessoas se aproximem do enlutado para lhe proporcionar um suporte e acolhimento, diferentemente dos casos que envolvem separação por exemplo, com o desfecho de traição e desavenças. Nesses casos as pessoas tendem a incentivar o rompimento naquilo que consideram uma justificativa para tal.

Como nos casos do resgate à vítima de trabalho escravo doméstico, aqueles que o executam visam, acima de tudo, o cumprimento da lei, assim como, devolver à vítima a sua dignidade e os direitos que lhe foram retirados e podem desconsiderar a presença de uma relação de afeto da resgatada com uma ou mais pessoas que compõe a família, e conseqüentemente o sofrimento e as demandas emocionais providos desse rompimento, além do sentimento de medo e sensação de incerteza que envolvem as vítimas decorrentes do rompimento com o lugar, pois sabem que não poderão retornar.

Para Parkes (1998), qualquer plano de mudança deveria incluir uma tentativa de antecipar e cuidar dos efeitos psicossociais da mudança. Diante dessa proposição, seria interessante observar os efeitos providos das situações de resgates, para que possa se executar um trabalho efetivo dos profissionais de saúde e assistência social no que se refere ao pós resgate. Mais do que reconhecer os direitos das vítimas e fortalecê-las para que possam testemunhar os fatos dos quais vivenciaram em anos de servidão às autoridades competentes, é propiciar um lugar de segurança, acolhimento e validação de suas perdas.

A forma em si da situação de resgate pode gerar um impacto causador de estresse e desorganização da vítima, que se vê pressionada a se retirar do ambiente, decorrente da situação de flagrante, se sentindo responsabilizada pela possível detenção dos patrões, ou ainda se vendo obrigada a abandonar os membros da família que estabeleceram vínculo de cuidado ao longo dos anos. Ainda quanto aos efeitos psicossociais, Parkes (1998) ressalta a importância do planejador e agente dessas situações de mudança considerar, em sua totalidade, como as decisões tomadas irão afetar as populações ou os indivíduos a ela relacionados, e fazer todo o possível para garantir que qualquer uma das mudanças planejadas leve ao crescimento e ao amadurecimento e não ao deslocamento e ao disfuncionamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário apresentado, esse artigo buscou apontar como possibilidade de reflexão ao profissional de saúde que atua no acolhimento e cuidado às vítimas de trabalho escravo doméstico, assim como os que trabalham junto à assistência social, de levar em conta as especificidades presentes no processo de mudança que essas mulheres são expostas, considerando em uma totalidade os aspectos que envolvem a sua retirada do ambiente ao qual estavam inseridas assim como as ambiguidades relacionadas às experiências por elas vividas. É importante observar que além da oferta de um lugar de cuidado e segurança, se faz necessário o asseguramento à essas vítimas no que se refere à vivência do pesar ou de todas as emoções e sentimentos que essa situação de mudança possa causar, viabilizando a sua reorganização e construção de novos significados e possibilidades de existência no porvir.

Os dramas vividos pelas vítimas não terminam no ato da retirada do ambiente hostil e disfuncional, ao contrário, favorecem a oportunidade de nova forma de encarar a si mesmas, o outro e o mundo, o que se torna possível em decorrência do oferecimento de um ambiente diferente do que até então se mostrava como garantia de sobrevivência.

Entretanto, para que essa possibilidade aconteça é preciso mais do que o reconhecimento daquele que acolhe, do lugar de vítima que o acolhido ocupa. É necessário oferecer e autorizar ao acolhido o tempo para elaboração do que foi perdido bem como o tempo de reconhecimento de sua potência, favorecida pelo seu contato com o ambiente seguro que poderá indicar como um caminho possível novas formas de inserção no mundo.

O fenômeno do luto nos últimos tempos vem ultrapassando a compreensão de estar ligado exclusivamente aos processos do pesar decorrentes da perda de um ente querido. Podemos encontrar o luto presente em diversas situações de nossas vidas que não estão ligadas diretamente a morte, mas que, por sua vez, não deixa de possuir relação direta com o estabelecimento e o rompimento dos vínculos afetivos. Dessa forma, é importante direcionarmos o olhar ao luto como um fator preponderante pela sua forte presença em diversas situações vividas por nós.

Os temas referentes ao luto e as possíveis ações terapêuticas para as situações que o envolvem, poderiam abarcar uma gama maior de profissionais de diversas áreas de atuação, como por exemplo, no assunto discutido nesse artigo, os agentes do direito e da assistência social, não só restringindo a atuação dos profissionais de saúde. Para isso, seria preciso que os profissionais dessas áreas de atuação pudessem ter mais acesso ao conhecimento do tema, assim como a possibilidade de serem instrumentalizados para as situações em que o envolve.

## REFERÊNCIAS

- Bortoletti, F., Meorim, M.F.L.C.; Bugalho, A. (2022). Trabalho doméstico escravo: da origem aos dias atuais. *Anais Do Congresso Brasileiro De Processo Coletivo E Cidadania*, (9), 941–959. Recuperado <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/2556>.
- Brasil, Governo Federal. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/04/ajuda-especializada-a-vitimas-de-trabalho-escravo>. Disponível em: [www.gov.br](http://www.gov.br). Recuperado em 28/03/2023.
- Brasil. (2011) *Manual de Combate ao Trabalho em Condições análogas às de escravo*. MTE.
- Brasil, Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/04/pec-das-domesticas-garantiu-igualdade-de-direitos-entre-trabalhadores>. Disponível em: [senado.leg.br](http://senado.leg.br). Recuperado em 28/03/2023
- Brasil.(2020) *Sistema Único de Assistência Social no Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas*. Disponível em [www.cidadania.gov.br](http://www.cidadania.gov.br). Recuperado em 28/03/2023
- Correio Brasiliense. <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/08/5026899-brasil-registra-seis-casos-de-trabalho-escravo-domestico-em-um-mes.html>. Disponível em: [www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br). Recuperado em 28/03/2023.
- Diário do Comércio:<https://diariodocomercio.com.br/economia/saiba-como-reconhecer-e-denunciar-trabalho-analogo-a-escravidao/>. Disponível em: [www.diariodocomercio.com.br](http://www.diariodocomercio.com.br) Recuperado em 28/03/2023.
- El País. <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>. Recuperado em 28/03/2023.
- FENATRAD, <https://fenatrad.org.br/trabalho-domestico>. Disponível em: [fenatrad.org.br](http://fenatrad.org.br). Recuperado em 28/03/2023.
- Ferraz, L.M. (2021) *Na Casa dos Outros: Trânsito e Ambiguidades das Empregadas Domésticas no Cinema Latino-Americano*. Universidade de Lisboa. Lisboa. Portugal.
- Franco, M.H.P; Polido, K.K.(2014) *Atendimento Psicoterapêutico no Luto*. 1 ed. Ed. Zagodoni. IPEA; OIT. (2021) *Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil / organizadores: Luana Pinheiro, Carolina Pereira Tokarski, Anne Caroline Posthuma*. – Brasília. Recuperado em 28/03/2023.
- Reporter Brasil. <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio>. Disponível: [reporterbrasil.org.br](http://reporterbrasil.org.br). Recuperado em 28/03/2023.
- Uol: <https://jc.ne10.uol.com.br/brasil/2022/07/15051563-apos-podcast-a-mulher-da-casa-abandonada-numero-de-denuncias-de-trabalho-analogo-a-escravidao-cresce-67.html>. Disponível em: [uol.com.br](http://uol.com.br). Recuperado em 28/03/2023.
- Parkes. C.M. (1998) *Luto: Estudos sobre a Perda na Vida Adulta*. Summus Editorial. 3º ed.

### COMO CITAR ESTE TEXTO

Contieri, F.C.G.; Fedri, B.C. (2023). “Como se fosse da família”: o luto não reconhecido de mulheres resgatadas do regime de trabalho doméstico análogo à escravidão *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 9, n.2, 23-42.  
<https://dx.doi.org/10.59068/24476137familia>

RECEBIDO EM:29/03/2023  
APROVADO EM: 15/06/2023

# A RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL FEMININO NA SOCIEDADE ATRAVÉS DOS CONTOS DE FADAS “A BELA ADORMECIDA” E “MALÉVOLA”

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137malevola>

**Carolina Osorio**

*carolinaosorio.psi@gmail.com*

*@psi.carolcosorio*

Bacharel em psicologia pela Universidade Franciscana (UFN) Especialista em Clínica Psicanalítica Universidade Franciscana (UFN). Psicóloga no Espaço Crear

**Cristiane Bottoli**

*cbottoli@hotmail.com*

Mestra em psicologia da saúde pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui Especialização em Desenvolvimento Infantil pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Psicóloga do Consultório de Psicologia e Docente da Universidade Franciscana (UFN).





**A RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL FEMININO NA SOCIEDADE ATRAVÉS  
DOS CONTOS DE FADAS “A BELA ADORMECIDA” E “MALÉVOLA”**

**THE RESIGNIFICATION OF THE ROLE OF WOMEN IN SOCIETY THROUGH  
THE FAIRY TALES "SLEEPING BEAUTY" AND "MALEFICENT"**

**EL REPLANTEAMIENTO DEL ROL FEMENINO EN LA SOCIEDAD A  
TRAVÉS DE LOS CUENTOS DE HADAS: “LA BELLA DURMIENTE” Y  
“MALÉFICA”**

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar como a arte, neste caso os filmes, podem empoderar mulheres quando a história passa a ser contada por elas e não mais por homens, através de uma pesquisa inicialmente bibliográfica que buscou trazer elementos sobre como se deu essa mudança de perspectiva e após uma pesquisa documental baseada nos filmes: A bela Adormecida (1959) e Malévola (2014), da Disney, sendo um deles uma releitura feita anos após o primeiro. Para assim então apontar como, com o passar dos anos, a história que antes era apenas contada por homens, começa a mudar a perspectiva do que é ser mulher para a sociedade no momento em que a mesma pode escrever a sua história. E como essa mudança pode modificar aos poucos a cultura patriarcal trazendo representatividade para as meninas não ficarem só a espera de um príncipe para salvá-las.

**Palavras-chaves:** Arte; Psicanálise; Feminino.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze how art, in this case films, can empower women when the story is told by them and not by men, initially through a bibliographical research that brought elements about how this change of perspective has happened and, after that, with a documentary research based on films: *Sleeping Beauty* (1959) and *Maleficent* (2014), both from Disney, the latter being a remake made years after the former. So that it could be possible to point out how, over the years, the story that was used to be told by men, starts to change the perspective of what it is like to be a woman in society when she can write her own story. And how this can slowly modify the patriarchal culture bringing representativeness so that girls will not just wait for a prince to save them.

**Keywords:** Art; Psychoanalysis; Feminine

## **RESUMEN**

El objetivo de éste artículo es analizar cómo a través del arte, en éste caso, películas, le dan poder a las mujeres; cuando la historia es contada por ellas y no por los hombres. A través de una investigación bibliográfica que buscó traer elementos sobre cómo se dió ese cambio de perspectiva y luego de una documentada investigación basada en las películas: *La bella durmiente* (1959) y *Maléfica* (2014) de Disney, siendo el último una nueva lectura del primero, años después, para señalar entonces que con el paso de los años, la historia, antes contada por hombres comienza a cambiar la idea de ser mujer para la sociedad a partir del momento en que la mujer escribe su propia historia y cómo de a poco se ha ido modificando la cultura patriarcal, brindando seguridad y poder a las niñas para dejar de esperar al príncipe que vendría un día, a rescatarlas.

**Palabras-claves:** Arte; Psicoanálisis; Femenino

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema compreender de que maneira o papel da mulher modificou-se ao longo da história da humanidade. Especialmente, de que forma esse comportamento que, a princípio, está diretamente ligado à história tradicionalmente contada por homens, uma vez que somente eles tinham acesso à educação formal, foi alterado, dando voz ao protagonismo da mulher. Neste contexto, observou-se que o conceito de feminino e conseqüentemente a pressuposição do conceito de mulher, bem como da delimitação da sua representação social, foi criado a partir da perspectiva masculina.

Partindo desta premissa, buscou-se em alguns registros históricos vinculados à arte, tais como livros e filmes, compreender e relacionar como a perspectiva do conceito de ser mulher se transformou ao longo do tempo culminando com o fato da história ser narrada sob o ponto de vista da mulher. Ou seja, observar a relação existente entre a mudança de papel da mulher na sociedade e a condição de poder falar em nome próprio, narrando a própria história.

Este trabalho objetivou analisar, através da psicanálise, a função das mulheres na sociedade ao longo dos anos a partir de dois recortes cinematográficos, entendendo a história do feminismo na função das mulheres através das gerações e compreendendo a repercussão da arte na estruturação das mulheres, através da análise de dois filmes da Disney, *A Bela Adormecida* (1959) e *Malévola* (2014).

A psicanálise se vale da arte para tentar buscar respostas no papel social, e a partir disso a cultura participa significativamente na subjetividade de cada mulher. Percebendo como a cultura estrutura uma forma de comportamento aceitável ou não para o lugar da mulher, e como ao longo dos anos esse discurso vai mudando, dando a mulher uma maior participação ao contar sua história. Tirando do foco a história contada apenas por homens do que é ser uma mulher ideal, e como isso interfere na função da mesma perante a sociedade no decorrer dos anos.

Na história da humanidade, a mulher branca, de classe média alta, principalmente em meados da década de 1940, nos Estados Unidos, foi narrada de puritana sem desejos, dona do lar, através de um conceito de mística feminina onde Betty Friedan (1963) faz um longo estudo sobre as mulheres estadunidenses da época, chamado “A Mística Feminina” no qual pontua que essa mística diz às mulheres que a coisa mais valiosa seria elas estarem comprometidas com a realização da sua própria feminilidade. Mostra que “a feminilidade começa em casa”, “talvez o mundo seja dos homens”, entre outras manchetes semelhantes dos jornais da época, colocando a mulher em segundo plano. Desta forma, tentar entender como a mulher vem se tornando mais “dona de si” e como a arte tem papel fundamental nisso, é objetivo deste trabalho. Para isso, faz-se necessário buscar na psicanálise elementos para entender como se dá essa construção do feminino e como a arte, seja ela através da literatura, das novelas ou dos filmes contribui ou não para a formação do lugar da mulher na sociedade.

Como essa história, que foi contada através dos anos por homens, fortalecendo machismo e misoginia, faz com que as mulheres ainda sofram, e como a mesma história contada pela perspectiva da mulher, pode empoderar e encorajar mulheres atualmente? Neste sentido, este trabalho buscou através da análise de dispositivos de arte, como os filmes, analisar a construção do papel social da mulher numa perspectiva histórica.

## **HISTÓRIA DO FEMINISMO E HISTÓRIA DAS MULHERES: INFLUÊNCIA SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE**

Neste item, será tratada a questão histórica do movimento feminista, e como ele ao longo dos anos, contribuiu com a autonomia da mulher numa sociedade machista, onde o patriarcado é predominante. Como a história contada por mulheres traz um novo olhar e significado do que é ser mulher, e como o feminismo tem papel fundamental para a emancipação da mulher.

Segundo Maria Rita Kehl (2008) a língua com sua estrutura, suas práticas e convenções, é a expressão mais importante da herança simbólica que o sujeito recebe ao nascer, independentemente de qualquer possibilidade de escolha. A fala e a linguagem estruturam a narrativa do ser e ela vai se modificando com o tempo, sendo assim a história contada por homens, desapropria a mulher da sua história.

Conforme Caffé (2020) nos séculos XVII e XVIII existia um tribunal eclesiástico instituído pela igreja católica, chamado inquisição, onde procuravam investigar e julgar sumariamente pretensos hereges e feiticeiros, acusados de crimes contra a fé católica, entre eles muitas mulheres, as quais foram chamadas de bruxas. Essa autora, ao comentar o pensamento da filósofa Silvia Federici, aponta que a perseguição às bruxas visava enfraquecer os movimentos populares revolucionários e, principalmente, confiscar, controlar e disciplinar o corpo da mulher.

Para as autoras supracitadas o tráfico de mulheres e a caça às bruxas são dispositivos históricos que instituíram diversas formas de opressão e desvalorização da mulher. Anos depois, a Revolução Capitalista parte quase do mesmo princípio, pois é um movimento misógino e patriarcal que declara guerra à mulher, fazendo ela se submeter ao trabalho da casa e da maternagem, trabalho esse não pago.

A partir destas premissas, entende-se que a igreja sempre foi um dispositivo que regulou a vida das mulheres, como afirma Pinto (2010):

A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas inofismáveis. Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto (p. 15).

Para Calligaris (Homem & Calligaris, 2019) o cristianismo fez da mulher o símbolo do descontrole possível do corpo do homem. Conseguir esse autocontrole se transformou em conseguir controlar a mulher, evitando assim a tentação que ela representa. O autor complementa dizendo que cada vez que uma escola ou uma repartição pública proíbe as mulheres de usar roupas, supostamente sexy, se trata de exercer nela o autocontrole masculino.

Pode-se diferenciar três tipos de mulheres através dos séculos: a primeira, mulher do século XIX, é uma mulher desvalorizada e desprezada por homens, excluída socialmente, acreditando-se que causava mal e desordem; a segunda, no século XX, encontra-se enaltecida, idolatrada, um ideal de bondade e sensibilidade, porém ainda subalterna do homem; atualmente está a terceira mulher, que deixa de ser um produto da lógica patriarcal masculina, e passa a ser um sujeito político indeterminado, tendo o governo de si mesma, não sendo mais regida por uma ordem social patriarcal. Porém, mesmo na terceira mulher os homens ainda mantêm sua “superioridade” nos postos de trabalho, salário e na vida política.

Para Maria Rita Kehl (2008) a adequação das mulheres a estas funções foi fruto de uma enorme produção discursiva, fazendo parte do imaginário social moderno, onde os homens constroem a feminilidade, sendo o único lugar digno para a mulher o lar e, a tarefa mais valiosa, a maternidade. A fragilidade das mulheres foi um forte argumento contra a profissionalização, contra a exposição das mulheres ao tumulto das ruas e à vida noturna, contra quase todos os esforços físicos, contra o abuso nos estudos, contra os excessos sexuais. Nas inferências de Kehl (2008), sobre Yvonne Knibiehler ela cita, "A mulher do século XIX é uma eterna doente" (p.62).

Mary Del Priore (2020), refere que no Brasil a ignorância em que as mulheres eram mantidas foram alvo de críticas de estrangeiros, vindos de outros países, onde a diferença de educação entre os gêneros quase não existia mais. Como por exemplo o minerador britânico Jonh Mawe, que acusava a falta de educação e de recursos de espírito, além de conhecimentos superficiais, das mulheres. O foco na vida doméstica e o escravismo só agravavam o ritmo lento e pouco imaginativo que se desenrolava a vida das mulheres no Brasil. Porém apesar do retrato negativo, esse foi um momento em que as mulheres ocuparam um lugar decisivo, o do texto, literário ou político, fazendo da caneta a maneira em que ganhavam a vida.

Del Priore (2020) aponta que as novelas eram o grande sucesso entre as mulheres da família imperial e mulheres leitoras, e esse sucesso é notório até a atualidade, uma vez que o maior público consumidor das novelas continua sendo o feminino. Em 1852 foi criado o jornal das senhoras, escrito por mulheres, com muita atenção das mesmas e gerou ação também, pois apontavam a opressão que elas sofreram ao longo do tempo. Ana Aurora do Amaral Lisboa e Andradina América de Andrade e Oliveira foram de suma importância, para abrir os olhos do sexo considerado frágil, elogiando o feminismo, fazendo com que os textos sobre feminismo se multiplicassem pelo Brasil principalmente nas primeiras décadas do século XX.

Assim, nos anos 30 a sociedade se feminizava, sendo um período de confusão entre as fronteiras de gênero, onde as mulheres começaram a assumir lugares que eram tradicionalmente dos homens. Porém, ainda havia muito por conquistar, como por exemplo o direito ao voto, mas não apenas isso, pois a mulher ainda era vista como sem desejos e mulher do lar. Gilka Machado foi uma escritora que falava sobre a opressão das mulheres e o desejo feminino. Maria Lacerda de Moura manifestava-se a favor da educação sexual e contra a moral vigente, criticava a relação da mulher com o próprio corpo, os homens, a família e o trabalho. Temas até então não muito explorados, sendo falados de uma mulher para outras mulheres (Del Priore, 2020).

Ainda no pensamento de Del Priore (2020) há na história do Brasil durante esses anos, muitas mulheres que lutaram pelos seus direitos, e fizeram isso também através da literatura e da arte. Cristina Wolff (2012) aponta que talvez a maior conquista das jovens feministas dos anos 1970 e 1980 tenha sido o reconhecimento de outras maneiras de ser mulher, para além das funções de esposa, mãe e dona de casa.

Del Priore (2020) reforça que o caminho a percorrer é longo, a igualdade não será atingida sem enfrentar o que restou da cultura patriarcal, sem colocar em discussão o masculino com critério de superioridade. O patriarcado só perderá sua legitimidade pelo abandono da agressividade, da violência, do sexismo e da dominação por parte de homens, que estão também vivendo intensas mudanças.

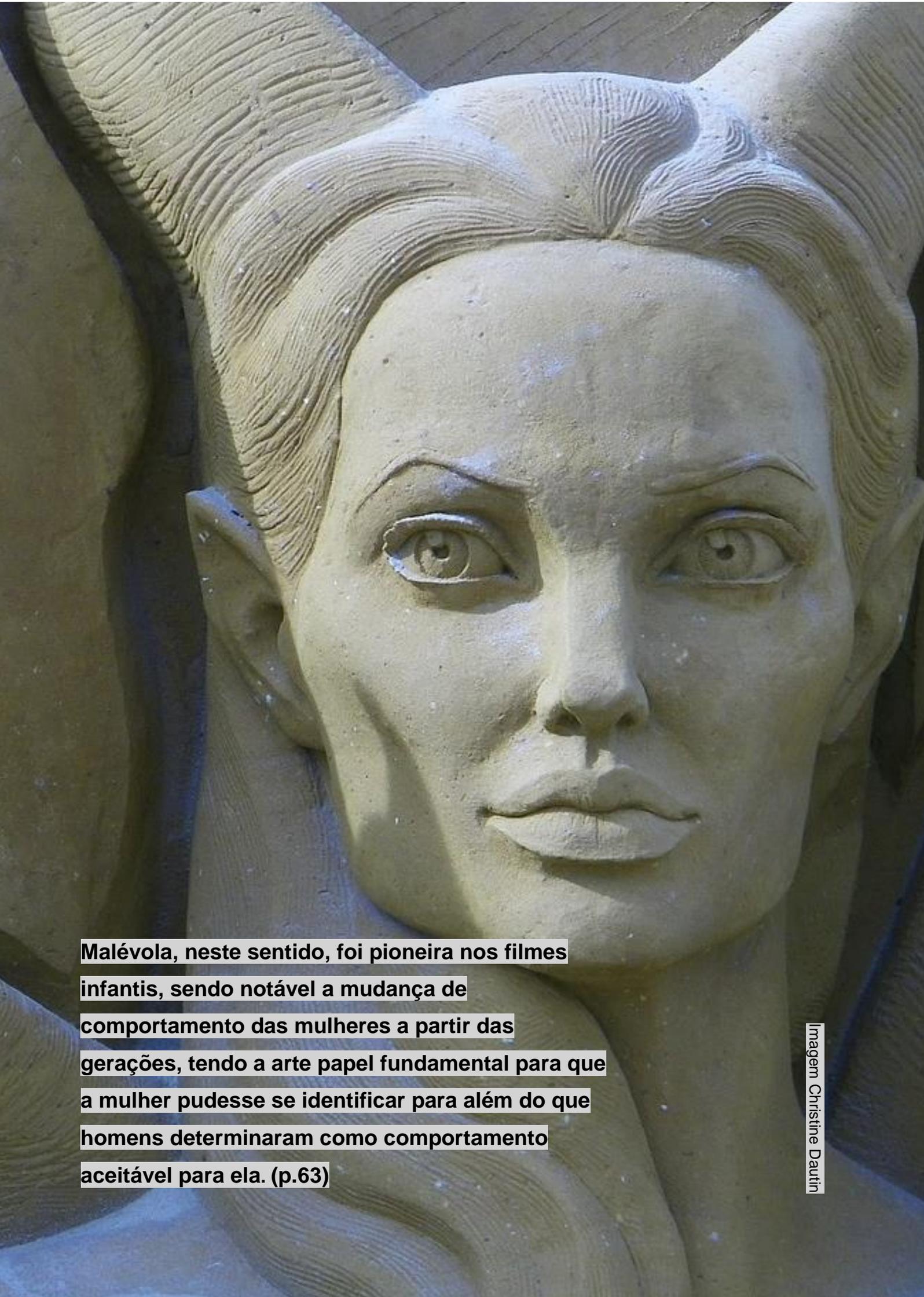
Neste tópico, foram mencionados vários aspectos da luta feminista durante os anos, focando no Brasil, mostrando também como muitos feitos das mulheres durante as décadas se deram através da literatura, e como ao longo dos anos o protagonismo foi sendo maior. Histórias agora sendo contadas por mulheres, reivindicando direitos, assuntos antes não falados, mostrando a mudança que se fez na história a partir das histórias agora contadas de uma perspectiva feminina, deixando aos poucos de ser contada por homens, que por muitos anos, definiram o que era ser mulher.

## **SER MULHER PARA A PSICANÁLISE**

A seguir será tratado como se dá, na perspectiva da psicanálise, a formação do ser mulher e a relação da mesma com o feminismo, perpassando por reflexões sobre a sexualidade e a feminilidade. Pretende-se abordar como a psicanálise define a concepção de mulher e do papel feminino na sociedade, dentro de um contexto social e histórico.

A partir disto, Kehl (2008) traz uma reflexão sobre os aspectos referentes à constituição da sexualidade humana em geral. E neste contexto ela menciona uma afirmação de Wollstonecraft, que apresenta a sexualidade humana como independente do sexo. Para ele, “(...) não existe sexo nas almas (...)” (p.56). Esta afirmação causou controvérsia na sociedade da época, porque poucas mulheres concordavam. Kehl (2008) apresenta o pensamento da feminista Frances Wright, mencionando que a mente não tem sexo, a não ser aquele que a cultura lhe impele.

Assim, o ajuste das mulheres perante a feminilidade não é perfeito e não se dá sem um conflito, pois essa posição de “outro do discurso” é impossível de se sustentar ao longo de uma vida. O mito do mistério feminino se deu através da domesticação das mulheres, os homens, com medo da magnitude que a educação poderia dar às mulheres, reafirmam seu papel como esposa e mãe, como sendo único possível (Kehl, 2008).

A close-up photograph of a stone sculpture of a woman's face, likely from an ancient Egyptian or Greek civilization. The woman has a serene expression, with large, almond-shaped eyes and a slight smile. Her hair is styled in a traditional headdress with a prominent, curved, ribbed element on top. The sculpture is made of a light-colored stone, possibly limestone or marble, and is set against a dark background.

**Malévola, neste sentido, foi pioneira nos filmes infantis, sendo notável a mudança de comportamento das mulheres a partir das gerações, tendo a arte papel fundamental para que a mulher pudesse se identificar para além do que homens determinaram como comportamento aceitável para ela. (p.63)**

No pensamento de Kehl (2008), para pais, maridos e educadores, era mais conveniente a mulher se manter ignorante, logo, inocente sexualmente e maleável socialmente. Pois assim, ela é sujeito do desejo do homem, e é sempre objeto. Buscando na aposta do amor de um homem, um meio de encurtar o caminho entre a posição feminina e a posição de sujeito na mulher. Desta forma, um século de psicanálise e pelo menos dois séculos da literatura moderna, produziram deslocamentos subjetivos não somente entre as mulheres.

Na concepção de Simone de Beauvoir (1980), os psicanalistas definem o homem como ser humano e a mulher como fêmea, e toda vez que a mulher se conduz como ser humano afirmam que ela está imitando o macho. Logo, ela afirma que para ela a mulher define-se como ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores, esse mundo no qual a estrutura econômica e social é indispensável conhecer, e deve ser estudada numa perspectiva existencial através de sua situação total.

Ainda para Kehl (2008), a fantasia sobre a realidade, falta de ousadia e de capacidade empreendedora, passividade, entre outros, eram traços que compunham o personagem feminino nos padrões do século XIX. Após, ela questiona o que estava acontecendo com as mulheres, no momento da passagem para a modernidade, quando foi criada a psicanálise.

Neste sentido, toda mulher em transição para a modernidade teria sido bovarista, empenhada pela via imaginária em "tornar-se uma outra" e, ao mesmo tempo, capturada em uma posição na trama simbólica de completa dependência em relação ao que o homem poderia desejar dela (p. 172).

Como aponta Maria Rita Kehl (2008) o bovarismo surge como um sintoma, como a busca de uma solução de compromisso para o ser da mulher; mudar de vida e protagonizar a sua própria história sendo autora desta, em um lugar que lhe possibilite autonomia e manejo para realização dos seus projetos pessoais. A mulher que foi considerada histórica por dizer ao seu médico coisas além do seu tempo, fundou a psicanálise.

Para Simone de Beauvoir (1980) no que diz respeito à mulher, a recusa envergonhada da sua feminilidade se dá por um complexo de inferioridade, não pela ausência do pênis, e sim um conjunto da situação. Não é o falo que a menina inveja, e sim esse símbolo dos privilégios concedidos aos meninos, o lugar que o pai ocupa na família, a preponderância universal dos machos, a educação, tudo que confirma a ideia da superioridade masculina.

No pensamento de Maria Rita Kehl (2008) se a produção psicanalítica contemporânea não puder acompanhar estes deslocamentos, a psicanálise deixará de fazer sentido. A psicanálise nasceu para dar voz ao emergente e não para corroborar a tradição. Na atualidade outras mulheres podem estar demandando novas escutas, que possibilitem constituir a mulher não como histórica e sim como sujeitos em busca de um discurso próprio para assim escrever um destino diferente.

Neste contexto Beauvoir (1980) refere-se à Psicanálise como uma corrente teórica que só conseguiria encontrar sua verdade a partir do contexto histórico. Por isso, ela menciona o conceito sobre a mulher como sendo do campo de uma estruturação e não de algo que está dado. Em suas palavras, “assim como não basta dizer que a mulher é uma fêmea, não se pode defini-la pela consciência que tem de sua feminilidade; toma consciência desta no seio da sociedade de que é membro” (p. 69).

Em relação a esta questão da feminilidade, Iannini e Tavares (2020), em contribuição às publicações das Obras Incompletas de Freud, observam que o tema da sexualidade feminina foi intensamente debatido pela comunidade psicanalítica dos anos 1920-1930. Especialmente por psicanalistas mulheres, que tinham engajamentos sociais e políticos variados e com experiências diversas, que tiveram um papel decisivo na participação em congressos e publicações da época nos debates e enfrentamentos com a doutrina freudiana. Esse mesmo debate sobre a sexualidade feminina dividia as escolas entre matriz inglesa e vienense com posições contrastantes. Segundo estes autores, Freud reconheceu de bom grado o papel das analistas mulheres no debate.

Os psicanalistas acima mencionados, fazem alusão à famosa frase de Simone de Beauvoir, "Não se nasce mulher. Torna-se mulher", trazendo que quase duas décadas antes Freud teria contribuído abrindo o terreno com a seguinte frase, "corresponde a singularidade da psicanálise não querer descrever o que a mulher é - isto seria para ela uma tarefa quase impossível de resolver - mas sim, pesquisar como ela se torna mulher" (Iannini & Tavares, 2020, p.317). Frases essas que foram fundamentais e serviram de bandeira para as lutas de emancipação da mulher.

Para Freud (1856-1939/2020), as funções de cuidar da prole que parecem ser femininas por excelência, não são apenas do sexo feminino nos animais, os sexos se dividem nas tarefas de cuidado da prole ou o próprio macho se dedica sozinho a ela. Aponta também que tanto homens quanto mulheres são bissexuais no sentido psicológico, porém deve se atentar que as influências das normas sociais não sejam subestimadas, pois em sua grande maioria forçaram a mulher para situações passivas. Freud (1856-1939/2020) aponta que "só existe uma libido, que está a serviço tanto da função sexual masculina quanto da feminina, a ela própria não podemos atribuir nenhum sexo" (p. 337).

Desta forma, é atribuída à feminilidade um grau maior de narcisismo, que influencia também a sua escolha por um objeto, levando a necessidade de ser amada como mais importante que amar. A escolha do desejo feminino muitas vezes é irreconhecível por conta das circunstâncias sociais. Ela pode seguir livremente o ideal narcísico do homem que a menina desejou ser ou, a menina que permanecer na ligação com o pai (complexo de Édipo), assim escolherá um tipo como o pai. Nas palavras de Freud (1856-1939/2020),

A fase de ligação pré edípica é decisiva para o futuro da mulher; nela se prepara a aquisição daquelas qualidades que lhe bastarão para mais tarde cumprir seu papel nas funções sexuais e para bancar suas inestimáveis tarefas sociais (p. 340).

Maria Rita Kehl (2008) não acredita que a travessia edípica esgotasse as forças da mulher, discordando de Freud, e aponta que para ela o envelhecimento precoce das mulheres vitorianas poderia ser entendido muitas vezes pelo excesso de filhos, o tédio doméstico, a deserotização do casamento, do que pelo esforço a mais empreendido no Édipo.

Nasio (2007) considera que o período pré edípico é necessário para acessar o pai e para entrar efetivamente no Édipo, assim, sexualizando a mãe inicialmente, a menina poderá sexualizar o pai. Desta forma, diferente do menino que deseja apenas um único objeto sexual, ou seja, a mãe, a menina deseja ambos, primeiro a mãe em seguida o pai. Sendo assim o menino sai do Édipo mais rápido que a menina, que pode precisar de muitos anos para sair. O autor aponta que o menino se torna homem de uma tacada só e a menina se torna mulher progressivamente.

No momento que a menina se percebe sem o falo, ela se esquia da sua mãe e fica furiosa com o pai por ter sido privada e enganada, assim sentindo dor, e logo com o amor-próprio ferido sente-se também humilhada. Nasio (2007) explica que para a menina o falo não é o pênis, e sim a imagem de si. A mesma entra no Édipo e vai ao encontro do pai para pedir força, um curativo para seu narcisismo ferido.

O autor referido acima coloca que para ele, o que a psicanálise chama de “inveja do pênis” seria então “inveja do Falo” enfatizando que a menina não sente inveja do órgão peniano do menino e sim do símbolo e potência que ele representa aos olhos das crianças. O pênis em si não a interessa, o que interessa é o poder que lhe atribui, deixando a mesma com inveja. Quando a menina inveja, ela adota uma posição masculina, quando é desejante uma feminina. Na entrada do Édipo da menina, a mãe após ter sido afastada, volta à cena fascinando a sua filha com sua graça e feminilidade, agora é vista como mulher amada admirada e modelo de feminilidade.

Finalizando, Nasio (2007) apresenta que após ter sido identificada com os traços masculinos do pai e femininos da mãe, a menina enfim abandona o Édipo, abrindo-se para os futuros parceiros da sua vida de mulher. Ele destaca que a maioria dos autores concordam que a feminilidade permanece um enigma não resolvido. Concluindo que “o Falo é uma ilusão e a mulher é castrada tão somente na imaginação inconsciente das crianças e dos neuróticos” (p. 62).

Conclui-se este item com um questionamento que norteia o desenvolvimento deste trabalho: por que ainda hoje a cultura ocidental restringe a mulher não só ao papel do lar, mas principalmente à maternidade compulsória? Apesar de inegáveis avanços sejam eles através da psicanálise ou da luta dessas mesmas mulheres, porque a mulher continua sendo relegada ao mesmo lugar de “do lar” e sem desejos? Como quando ela se coloca em uma posição diferente da que esperam dela, ainda são colocadas em um papel de “loucas” ou como antes, histéricas, pela maioria dos homens. É preciso romper com essas amarras, para assim poder protagonizar a vida como seres desejantes da própria história e não do desejo de terceiros.

## **METODOLOGIA**

Para dar sustentação teórica ao estudo, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica tendo como base os temas: feminismo, mulher, arte e psicanálise, em plataformas digitais e livros. Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar no tema de estudo ou experimentação.

Portanto, a “revisão bibliográfica” ou “revisão de literatura” consiste numa espécie de “varredura” do que existe sobre um assunto e o conhecimento dos autores que tratam desse assunto, a fim de que o estudioso não “reinvente a roda”.

Num segundo momento, como parte principal do trabalho, foi realizada uma pesquisa documental, baseada nos filmes: “A Bela Adormecida” (1959) e “Malévola” (2014), ambos da produtora Walt Disney Pictures. Os filmes em questão foram assistidos pela Plataforma de filmes digital Disney Plus, e foi utilizada a Pesquisa Psicanalítica para direcionar as discussões, esta pesquisa caracteriza-se pela disposição do autor como principal participante do estudo, o campo de pesquisa é o inconsciente, tomando a perspectiva de sua posição como objeto da análise. Segundo Iribarry (2003), a pesquisa psicanalítica faz uso do significante como via para encontrar suas formulações. Estando o signo diretamente ligado à realidade de mundo, o mesmo encarcera o sujeito na consciência.

Desta maneira, o signo baseia-se em uma determinada lógica, prevendo certo conhecimento. Já o significante ultrapassaria o mundo vivencial da consciência, possibilitando-nos inferir sobre a experiência do inconsciente. Analisando como esses filmes podem vir a ter influência sobre a subjetividade de quem os assiste e como, em diferentes épocas, a história contada através da perspectiva de uma mulher pode ajudar a empoderar e sair do lugar de passividade onde os homens, durante anos, as colocaram e continuam buscando colocar.

As etapas de realização da pesquisa bibliográfica se deram através da escolha do tema, logo após um levantamento bibliográfico, seguido da formulação do problema e organização e discussão dos dados obtidos.

## **DISCUSSÃO**

Para este trabalho foram eleitos dois filmes: “A bela adormecida” (1959) e “Malévola” (2014), ambos da produtora Walt Disney Pictures. A escolha dos filmes se deu por tratar-se da mesma história, porém contada de perspectivas diferentes, o primeiro sendo baseado em um conto escrito por um homem, Charles Perrault e dirigido apenas por homens. E o segundo filme um remake do primeiro, porém com mais de 50 anos de diferença. A partir de um roteiro escrito por Linda Woolverton, primeira mulher a escrever um roteiro de filme para a produtora, baseado na história contada através da antagonista, uma das vilãs mais icônicas da Disney.

Os filmes foram assistidos diversas vezes para assim ter uma melhor compreensão através de um olhar e escuta atentos. No primeiro momento, do filme A Bela Adormecida, a sensação que tivemos foi de desconforto, pois a rainha não é citada com nome nunca, e os dois reis que decidem sobre o futuro de Aurora, sem sequer perguntar a ela absolutamente nada, já que era um bebê.

É importante ressaltar que “A Bela Adormecida” é um filme para crianças; “Malévola”, já se trata de um filme para toda família e traz essa releitura com uma mulher protagonista. Os contos de fadas fazem parte do inconsciente coletivo, são contados de geração em geração e a Disney foi se apropriando deles, colocando o amor romântico e a mulher submissa no centro, como é o caso da Bela Adormecida.

O que queremos comparar aqui, é que, como uma narrativa feita anos depois, e por uma mulher, coloca essa personagem, que até então era uma vilã, como uma protagonista forte, tirando o foco do amor romântico, e desse ideal de bem e mal, como visto em Malévola.

A nova versão de “A Bela Adormecida”, retratada em “Malévola”, se aproxima melhor da transformação que estamos vivendo, como mulheres e como sociedade, mostrando que não existem sempre finais felizes, e que somos capazes de procurar a nossa felicidade sozinhas, sem precisar de um príncipe ou uma muleta. Malévola perde suas asas, e neste momento ela poderia desistir de tudo, pois foi enganada por quem amava, mas o filme mostra uma resiliência da personagem que não se entrega e vai à luta pelo que acredita.

Apesar de os contos de fadas acabarem ao final de dez páginas, nossas vidas não acabam juntas. Nós somos coleções de muitos volumes. Na nossa vida, mesmo que um episódio represente um desastre total, sempre há um outro episódio à nossa espera e depois mais outro. Há sempre outras oportunidades para acertar, para moldar nossa vida do jeito que merecemos que ela seja. Não percam tempo amaldiçoando alguma derrota. O fracasso é um mestre mais eficaz do que o sucesso. Ouçam, aprendam, insistam (ESTÉS,1992/2018, p. 253).

Não se pode negar, conforme Figueiredo e Rocha (2020), que os contos de fadas foram criados em um momento e numa sociedade diferente da que vivemos hoje. Naquela época as mulheres não tinham direitos e eram submissas aos homens. Faz-se necessário contextualizar as mudanças da sociedade no decorrer do tempo e na contemporaneidade, onde a mulher se apresenta buscando encontrar-se plena, sentindo-se feliz sozinha, se assim desejar.

Assim também como apontado por Estés (1992/2018), os contos que após o passar dos anos e avanços da tecnologia foram transformados em filmes, mostravam sempre um final feliz. Malévola vai para além disso. O filme começa com uma perda significativa para a personagem principal, suas asas são cortadas por alguém que ela considerava seu amor, o príncipe dos contos de fadas que se torna vilão. No desenrolar do filme, Malévola vai resignificando o que é o amor e lidando com os obstáculos que vão aparecendo, até mostrar que o amor romântico não é o único possível para um final feliz. Vai tirando de cena a rivalidade feminina, tão presente no filme “A Bela Adormecida”.

Pensamos que muito da mudança de um filme para outro vem do olhar de quem o dirige e escreve. “Malévola”, que é o primeiro filme dirigido por uma mulher na Disney, nos traz um novo olhar sobre o amor, sobre precisar encontrar um homem para nos proteger, apresentando uma forma de empoderamento feminino. Uma nova forma de enxergar onde nós mulheres podemos nos encontrar, para além daquele lugar que por anos habitamos: de frágil e dependente de um príncipe para nos proteger e assim completar a felicidade.

Sobre empoderamento Freitas (2020), refere que no Brasil, este termo constitui-se como um neologismo, sendo um processo em busca da autonomia e autodeterminação de quem está à margem do poder. Visa a ruptura da dominação e subordinação de alguém sobre outro. No caso do empoderamento feminino, seria a libertação das mulheres da opressão patriarcal e de gênero. A autora também salienta que neste processo é necessário que homens e mulheres busquem uma sociedade igualitária e tolerante, principalmente com relação às diferenças.

Por isso, é preciso compreender que é um processo lento, pois deve resistir às rejeições, pois problematiza a ideologia patriarcal e as instituições conservadoras e oportuniza condições para as mulheres terem acesso a recursos materiais e de informação, possibilitando autonomia e independência (Freitas, 2020).

Ainda com relação à Linda Woolverton, esta coloca o homem como o vilão usando a metáfora de cortar as asas e no final do filme Malévola as recupera por mérito próprio. Mesmo o Rei contando com um grande exército, ela foi maior. Acreditamos que o ato simbólico de ter as asas cortadas e, após isso, lutar com o homem que as cortou vencendo o mesmo, é uma forma de tirar essa mulher, que antes era retratada como indefesa, desse lugar de inércia. Mostrando que não é preciso de um príncipe para salvar-se e o amor romântico não é o único possível para um final feliz, já que venceu um amor fraterno, quase um amor materno, pois Aurora se torna, por afeição, filha de Malévola, mostrando como a doçura de uma criança pode mudar a rigidez de um adulto, tirando também essa ideia de bem ou mal, tão presente no filme “A Bela Adormecida”.

Destaca-se neste momento, conforme Freitas (2020), o posicionamento de submissão da Bela Adormecida, quanto à concretização da sua felicidade apenas no matrimônio, em oposição à atitude empoderada de Malévola, que, por sua vez, protagoniza sua história e seu relacionamento.

Para Maria Rita Kehl (1988) “a sociedade, principalmente os homens, pedem que as mulheres ostentem as virtudes da feminilidade que seriam a docilidade, o recato, uma receptividade para os desejos dos homens e filhos” (p.58). Acreditamos que quanto mais a mulher conseguir se empoderar do seu papel e ser dona de seus desejos, a feminilidade pode passar a não ser entendida como fraqueza, mas como força, assim como o filme “Malévola” mostra.

Essa diferença de 55 anos de um filme para o outro apresenta uma grande mudança, não só nos recursos e na tecnologia, mas no empoderamento feminino. Gerações anteriores consumiam filmes, novelas ou livros romantizados e escritos, em sua maioria, por homens, determinando o papel que a mulher deveria ter para a sociedade. Cada vez mais a arte serve como instrumento para dar autonomia às mulheres e em Malévola, a mulher passa de vítima da situação para heroína, enfrenta sozinha não só o rei como um enorme dragão e vence. Acreditamos que essa metáfora é umas das mais fortes no filme, pois ela não é mais indefesa e consegue sozinha vencer um dragão. Suas asas voltam a ela como recompensa de seu esforço, retificando seu valor.

Bettelheim (1980/2021) aponta, que ao longo dos anos os contos de fadas vão se adaptando e tornam-se mais atualizados, surgindo como releituras, expondo questões da vida contemporânea. E como explicado pelo autor, através disso a criança se apropria para entender um pouco mais do mundo no qual viverá. Acreditamos que é de suma importância para as novas gerações, crescerem sem esse ideal de precisar encontrar um homem que as possa salvar. Essa nova forma de mostrar às mulheres através da arte, como ser forte, guerreira e dona de si, tira o viés antes muito utilizado e convenientemente bom para os homens, de que a mulher é indefesa e deve ser dona de um lar com filhos, para ter valor. Por isso, a necessidade de cada vez mais mulheres escreverem suas histórias, seja na arte ou na vida.

Colette Dowling (1984) traz em seu livro “Complexo de Cinderela” que os homens são educados para ter uma independência desde o nascimento, já as mulheres são ensinadas a crer que serão salvas, de alguma maneira. Ela afirma que isto é o conto de fadas, uma mensagem de vida que é ingerida, por mais que a mulher possa sair de casa, trabalhar, viajar, pois o conto de fadas está ali dizendo, aguento firme, um dia alguém virá salvá-la da ansiedade causada pela vida. Como mencionado acima, Malévola rompe com essa estrutura patriarcal, mostrando uma mulher que se salva por ela mesma e que é dona de si, sem precisar de um príncipe.

Para Jung e Schorn (2020) há uma nova geração de princesas que quebram conceitos antigos e mostram que nem todas as princesas precisam de um príncipe para ter uma história com final feliz. Princesas que possuem o direito de decidir o próprio futuro e assim contribuir para que as meninas tenham outra compreensão do papel da mulher na sociedade. Acreditamos e esperamos que as novas gerações venham cada vez mais empoderadas, crescendo sabendo do que são capazes, tendo uma visão para além do casamento ou maternidade. A arte tem um papel fundamental nisso, é nela que nos espelhamos quando crianças e começamos a pensar em nossos primeiros desejos.

Malévola, neste sentido, foi pioneira nos filmes infantis, sendo notável a mudança de comportamento das mulheres a partir das gerações, tendo a arte papel fundamental para que a mulher pudesse se identificar para além do que homens determinaram como comportamento aceitável para ela. Trouxe maior autonomia e representatividade para essas meninas que hoje assistem novos contos de fadas, com narrativas diferentes, mais atualizadas ao contexto que estamos vivendo como sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho objetivou analisar a função das mulheres na sociedade ao longo dos anos a partir de dois recortes cinematográficos. Entende-se que é inegável a importância dessa desconstrução conceitual do feminino dos contos de fadas para as novas gerações. Sabemos que a representatividade é necessária para desde cedo começar a se enxergar como mulheres independentes.

Ao longo dos anos, a ideia da mulher indefesa vem se transformando, porém ainda há muitos caminhos a serem percorridos, mas acredito que a arte é uma boa ferramenta para a desmistificação do papel da mulher, antes decidido apenas por homens.

“Malévola” traz uma releitura que não empodera só as crianças, também as mulheres que ao assistir o filme conseguem fazer essa comparação com o conto de fadas, visto provavelmente na infância, onde a mulher é completamente indefesa. Refletindo sobre qual é o papel que queremos ter e de como hoje as novas gerações podem se espelhar em uma heroína que não fica dormindo esperando um príncipe vir salvá-la, elas mesmas conseguem fazer isso sozinhas.

Os contos de fadas em toda a história da sociedade sempre marcaram a infância. Mudando essa perspectiva, a criança poderá crescer sem esperar o príncipe de cavalo branco que a Disney apresentou por anos, colocando as mulheres com a única possibilidade de ser bela e submissa, para assim encontrar a felicidade em um casamento com o príncipe encantado. Poderá se identificar com uma mulher para além do ideal de bem ou mal, que consegue vencer e ter um final feliz sozinha.

Acreditamos que seriam de suma importância mais pesquisas sobre o tema proposto, em vista de que ainda são escassas as contribuições, sejam elas em artigos ou livros, procurando explorar saber mais sobre o assunto. Para assim poder, além de oferecer um embasamento teórico maior, também motivar a que novas versões de contos de fadas sejam criadas, visando a sociedade que nós mulheres queremos viver, sem tanta diferença social e podendo ocupar o lugar que cada uma assim desejar.

Consideramos também que os filmes são uma ferramenta potente para o fazer psi, pois ele pode ser usado como um dispositivo, para assim começar um debate, no consultório ou para além dele. Como por exemplo em escolas, o psicólogo poderá intervir com o seu saber, e escutar essas crianças para que elas possam se expressar de forma livre e sem julgamentos. Explicando que esse empoderamento, procura que a mulher escolha aquilo que quer, sem preconceitos, caso ela decida ser mãe, casar ou não, que seja algo que venha do seu desejo.

## REFERÊNCIAS

- Beauvoir, S. (1980). *O Segundo Sexo – a experiência vivida*. Difusão Européia do Livro.
- Bettelheim, B. A. (2021). *Psicanálise dos contos de fada (1980)*. Paz e Terra.
- Caffé, Mara (2020). Feminilidade e Maternidade. In: *Gênero de Teperman*, Garrafa e Iaconelli. Autêntica.
- Del Priore, M. (2020). *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil de 1500-2000*. Planeta.
- Dowling, C. (1984). *Complexo de Cinderela*. Melhoramentos.
- Estés, C. P. (2018). *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias da mulher selvagem (1992)*. Rocco.
- Figueiredo, S. P.; Rocha, J. M. (2020). Perspectivas para o empoderamento da mulher através da releitura de clássicos infantis para séries iniciais do ensino fundamental. *Revista Monografias Ambientais*, 19. Recuperado em 14 de outubro de 2022, de <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/43392>.
- Freitas, M. C. C. Empoderamento Feminino e Literatura: Uma Proposta Didática Para o Ensino. *Anuário Literatura*, 25 (2), 203-221, 2020. Recuperado em 14 de outubro de 2022, em <https://t.ly/99f9>.
- Freud, S. (2020). *Amor, sexualidade, feminilidade*. Autêntica, 2020.
- Friedan, B. (2022). *A mística feminina (1963)*. Rosa dos ventos.
- Homem, M.; Calligaris, C. (2019). *Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*. Papyrus Editora.
- Ianini, G.; Tavares, P. H. (2020). *Obras Incompletas de Sigmund Freud Além do Princípio do prazer*. Autêntica.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Agora: Estudos em teoria psicanalítica*, 6 (1) 115-138. Recuperado em 14 de outubro de 2022, de <https://t.ly/WSyl>.
- Jung, L. C.; Schorn, S. C. (2020). *A representação da personagem feminina nos contos infantis ao longo da história*. Salão do conhecimento: UNIJUÍ, 2020.
- Kehl, M. R. (2008). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Bomtempo Editorial.
- Nasio, J. D. (2007). Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de sociologia e política*, 18(36), 15-23, 2010.
- Wolff, C. S. (2012) Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In *Novas histórias das mulheres*. de Pinsky, Carla Bassanezi, Pedro, Joana Maria. Contexto.

### COMO CITAR ESTE TEXTO

Osorio, C.; Bottoli, C. (2023). A resignificação do papel feminino na sociedade através dos contos de fadas “A Bela Adormecida” e “Malévola”. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 9, n.2, 43-66. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137malevola>

RECEBIDO EM:19/10/2022  
APROVADO EM: 20/01/2023

ARTIGO

## EMPREENDEDORISMO FEMININO NAS PERIFERIAS COMO LUTA PELA IGUALDADE SOCIAL E DE GÊNERO

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137jonas>



**Jonas Eduardo Nicodemo**  
*jonasnicodemo@hotmail.com.*

Advogado, mestrando em Direito, Justiça e Desenvolvimento pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), especialista em direito empresarial pela Escola Paulista de Direito (EPD), com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Gerente da unidade suprimentos do Sebrae São Paulo.

## **EMPREENDEDORISMO FEMININO NAS PERIFERIAS COMO LUTA PELA IGUALDADE SOCIAL E DE GÊNERO**

## **FEMALE ENTREPRENEURSHIP IN COUNTRY'S OUTSKIRTS AS A STRUGGLE FOR SOCIAL AND GENDER EQUALITY**

## **EMPRENDIMIENTO FEMENINO EN LAS PERIFERIAS COMO LUCHA POR LA IGUALDAD SOCIAL Y DE GÉNERO**

### **RESUMO**

O artigo investiga como o empreendedorismo feminino nas periferias do país se reflete na luta das mulheres pela igualdade social e de gênero. Nesse contexto, enfatizam-se as mulheres bastante pobres e as barreiras enfrentadas por elas para se firmarem no mercado de trabalho, sobretudo, em segmentos predominantemente masculinos, como o econômico e o tecnológico. Para enfrentar esses obstáculos, são apresentadas algumas ações transformadoras, oriundas do poder público e da iniciativa privada, às vezes em parceria que, principalmente após o período pandêmico no Brasil, passaram a investir em projetos voltados ao desenvolvimento do empreendedorismo feminino. Como pano de fundo, aborda-se a autoestima dessas mulheres, em geral, profundamente influenciada pelo alto grau de dependência de laços familiares difíceis de serem rompidos exclusivamente em razão de questões financeiras. Discute-se, ainda, possíveis formas de se combater a desigualdade de gênero, ao se propor medidas concretas para retirar essas mulheres da invisibilidade, vez que a exclusão social e econômica fere diretamente o Estado Democrático de Direito. Nos últimos anos, o empreendedorismo feminino no Brasil tem ganhado força, exigindo da mulher – em total discrepância em relação a mesma postura da sociedade diante dos homens – a necessidade de comprovar sua competência no “mundo dos negócios”. É nesse cenário que desponta um dos maiores desafios: ampliar a escala dos projetos já desenvolvidos para estimular o empreendedorismo feminino, fazendo-os perpetuar nas comunidades carentes, para que mais mulheres possam se beneficiar a longo prazo dos conhecimentos compartilhados e replicá-los com outras mulheres, rompendo, assim, ciclos de dependência e fortalecendo o empreendedorismo feminino nas periferias do país.

**Palavras-chave:** empreendedorismo feminino; gênero; igualdade social.

## ABSTRACT

This paper examines how female entrepreneurship in the outskirts of the country reflects women's struggle for social and gender equality. In this context, emphasis is placed on economically disadvantaged women and the barriers they face to setting themselves in the labor market, especially in predominantly male segments, such as the economic and technological sectors. Some transformative actions are presented to face these obstacles, coming from either public power or private areas, sometimes in partnership. These sectors, mainly after the pandemic period in Brazil, have started to invest in projects to develop female entrepreneurship. In the background, the study discusses women's self-esteem which is, in general, deeply influenced by the high degree of dependence on family ties that are difficult to break chiefly due to financial issues. It also discusses possible ways to fight gender inequality, by proposing concrete measures to remove these women from invisibility, since social and economic exclusion directly hurts the democratic state ruled by law. In recent years, female entrepreneurship in Brazil has gained momentum although requiring women – in a total mismatch of society's attitude towards men – to prove their competence in the “business world”. In this scenario, one of the biggest challenges emerges: expanding and scaling projects that have already been developed to encourage female entrepreneurship. This approach ensures their perpetuation in needy communities. As a result, more women can benefit in the long term from shared knowledge and replicate these projects with others, thereby breaking cycles of dependency and empowering female entrepreneurship in the outskirts of the country.

**Keywords:** female entrepreneurship; gender; social equality.

## RESUMEN

En el presente artículo se investiga cómo el emprendimiento femenino en las periferias del país se refleja en la lucha de las mujeres por la igualdad social y de género. En este contexto, se pone énfasis en las mujeres muy pobres y las barreras que enfrentan para mantenerse vigente en el mercado laboral, especialmente, en segmentos predominantemente masculinos, como son los sectores económico y tecnológico. Para enfrentar estos obstáculos, se presentan algunas acciones transformadoras, oriundas del poder público y de la iniciativa privada, a veces, en cooperación que, principalmente después del período de pandemia en Brasil, han empezado a invertir en proyectos destinados al desarrollo del emprendimiento femenino. Como telón de fondo, se plantea la autoestima de esas mujeres, la cual generalmente está profundamente influenciada por el alto grado de dependencia de los lazos familiares que son difíciles de romper exclusivamente en función de cuestiones financieras. Además, se discuten posibles formas de combatir la desigualdad de género por medio de medidas concretas para sacar a esas mujeres de la invisibilidad, una vez que la exclusión social y económica afecta directamente al Estado Democrático de Derecho. En los últimos años, el emprendimiento femenino en Brasil ha cobrado fuerza, exigiendo de la mujer – en total discrepancia con relación a la misma postura de la sociedad hacia los hombres – la necesidad de comprobar su competencia en el “mundo de los negocios”. Es en este escenario que surge uno de los mayores desafíos: ampliar la escala de los proyectos ya desarrollados para estimular el emprendimiento femenino, de modo a perpetuarlos en las sociedades necesitadas, para que más mujeres puedan beneficiarse a largo plazo de los conocimientos compartidos y replicarlos con otras mujeres, interrumpiendo, así, ciclos de dependencia y fortaleciendo el emprendimiento femenino en las periferias del país.

**Palabras clave:** emprendimiento femenino; género; igualdad social.

## INTRODUÇÃO

As lutas globais pelos direitos relativos à igualdade de gênero ocorridas no Ocidente, desde o século XVII, representam conquistas importantes do feminismo quanto aos direitos à cidadania, à propriedade e à educação. Todavia, a jornada em busca desta igualdade ainda parece estar longe de chegar ao fim.

Lucy Delap (2022), em sua obra *Feminismo – uma história global*, investiga a evolução destas lutas ao trazer uma reflexão necessária, que causa inquietude sobre realidades de exclusão e invisibilidade de mulheres pobres, que vivem em desvantagem material e estrutural. Logo, diante da dificuldade de acesso à educação e ao trabalho, as lutas pelos feminismos podem se tornar irrelevantes para muitas destas mulheres.

Quando o assunto é trazido para a realidade periférica, um recorte considerando apenas o município de São Paulo revela, por meio dos dados divulgados no *Mapa da Desigualdade do Município*<sup>5</sup>, que, após o período pandêmico da Covid-19, não apenas aumentou significativamente o número de pessoas morando em favelas, como também a incidência de violência contra mulheres, incluindo reiterados casos de feminicídio.

Diante desse cenário, o artigo pretende debater formas de combater essa desigualdade e de retirar essas mulheres da invisibilidade na qual estão vivendo, já que a exclusão social e econômica afeta diretamente o Estado Democrático de Direito.

A invisibilidade a qual se menciona se reflete, em sua essência, no desprezo moral dos mais privilegiados sobre o sofrimento humano diante de cenários de marginalidade. Em razão disso, não se vê ações adequadas dos agentes públicos voltadas a combater esse tipo de violência contra as mulheres, nem ações políticas capazes de gerar a mudança social necessária para estancar o crescimento desses indicadores negativos (Vieira, 2007, p. 28-51). Cabe, portanto, ao poder público, promover ações preventivas e de justiça por meio da aplicabilidade das leis para impedir a ocorrência de novas violências da mesma natureza.

---

<sup>5</sup> O Mapa da desigualdade social é um trabalho desenvolvido e atualizado anualmente pela Rede Nossa São Paulo (RNSP), que tem trabalho pautado no combate à desigualdade e promoção dos humanos, com levantamento de indicadores através da coleta de informações da Prefeitura Municipal do Município de São Paulo.

O artigo traz exemplos de ações transformadoras (Fraser, 2017, p. 161-185) capazes de corrigir injustiças de gênero e marginalização econômica, que têm afetado, principalmente, o direito à vida das mulheres que vivem nas periferias.

Para isso, apresenta-se o trabalho realizado pelo Sebrae<sup>6</sup>, especialmente na zona sul da cidade de São Paulo, ao empoderar estas mulheres através do empreendedorismo, dando-lhes condições de independência econômica/financeira para não se manterem tão vulneráveis às situações de violência e para que possam voltar a se reconhecer como protagonistas de suas vidas. Enfatiza-se, ainda, iniciativas no mesmo sentido promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Embaixada e pelos Consulados dos Estados Unidos da América no Brasil.

## DESIGUALDADES SOCIAL E DE GÊNERO

Quando se fala em desigualdade de gênero, principalmente em lugares nos quais as mulheres sofrem com falta de acesso à educação e oportunidades de trabalho, inicialmente, deve-se mencionar a falta de autonomia dessas mulheres, algo visível desde a adolescência, quanto às escolhas de todos os tipos, desde o sexo seguro – no intuito de evitar uma gravidez na adolescência – até a decisão de deixar um lar no qual seja vítima de violência verbal e física (Chachaml; Maiall; Camargo, 2012, *online*).

No levantamento *Mapa da Desigualdade do Município de São Paulo*, é possível visualizar regiões periféricas, a exemplo do bairro de Guaianazes, no extremo leste da capital paulistana, no qual o indicador *Violência contra mulher – feminicídio* possui um “desigualtômetro” 42 vezes maior se comparado aos bairros de regiões centrais (p. 30). Este indicador (feminicídio) aumentou 376% em toda a cidade de São Paulo em relação ao ano de 2018, anterior à pandemia da Covid-19.

---

<sup>6</sup> O Sebrae faz parte de um sistema criado em 1972, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae) vinculado ao Governo Federal. A partir de 1990, a entidade transformou-se num serviço social autônomo, denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Em 2019, houve um aumento significativo da desigualdade social que, por consequência, acentuou os problemas relacionados à desigualdade de gênero (p. 74) (Rede Nossa São Paulo, 2021, *online*).

Outro ponto digno de reflexão é o aumento das prisões de mulheres nos últimos 15 anos. Nesse período, as detenções de mulheres cresceram 455% no Brasil, a maioria, em virtude do tráfico de drogas (60%). Um grande número desses encarceramentos está relacionado à subordinação delas aos homens, pois aliciadas e influenciadas por seus companheiros (Ribeiro; Martino; Duarte, 2021, *online*).

Em um cenário como esse, ressalta-se a relevância dos projetos de inclusão produtiva voltados às mulheres para que, por meio de estudo, trabalho e independência financeira, elas possam conquistar a autonomia necessária e voltar a assumir o controle de suas vidas. Projetos dessa natureza inspiram e modificam a vida das mulheres, levando-as a lutar por questões de gênero de forma livre e em condições de igualdade perante outras mulheres que desfrutem de melhores condições socioeconômicas.

A ONU Mulheres (out. 2021, *online*), instituição cujo objetivo é garantir os direitos humanos das mulheres no Brasil e no exterior, durante o período pandêmico, realizou várias iniciativas para eliminar a desigualdade de gênero dentro de casa. Dentre as ações, elaborou uma lista de checagem de ações governamentais para incluir a perspectiva de gênero na resposta à Covid-19, orientando governos sobre providências que poderiam ser encaminhadas para resolver problemas relacionados às mulheres e à pandemia, em busca de um mundo mais igualitário.

Nessa linha, o *Sebrae*, por meio do programa institucional *Sebrae Delas*, modificou a realidade de várias mulheres em situação de vulnerabilidade através do empreendedorismo, retirando-as de situações de violência conjugal, criminalidade, drogas e prostituição. Iniciativas como essa devem ser reconhecidas e amplificadas nas comunidades para que a força deste trabalho e a adoção de políticas transformadoras se tornem perenes e constantes.

## MULHERES NO EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo feminino no Brasil tem ganhado força nos últimos anos, à medida que vem sendo reconhecido pela sociedade e quebrando barreiras invisíveis ligadas ao preconceito implícito, muitas vezes, no próprio comportamento das famílias dessas mulheres. Essa conduta, ainda bastante comum, costuma amedrontar e levar a mulher à necessidade de comprovar sua competência no “mundo dos negócios”.

Segundo pesquisa realizada pelo Sebrae em 2020, 8,6 milhões de mulheres estavam à frente de suas empresas (33,6% das empresas no país). Só na região sudeste estão concentradas quase 50% dessas empreendedoras. Dentre as empreendedoras formais, a maior parte (51%) é de mulheres brancas com até 44 anos de idade (53%).

Quanto à posição assumida por essas mulheres dentro de casa e seu rendimento mensal, 49% delas são chefes de seus lares e obtêm baixos rendimentos – 61% recebem até um salário mínimo, embora a maioria (68%) tenha nível de escolaridade médio e superior (Sebrae/SC, 2021).

Outro estudo recente elaborado pelo Sebrae, produzido pela Unidade Gestão Estratégica (Sebrae/SC, 2021) revela que, no mundo do empreendedorismo, apesar de estudarem mais, as mulheres possuem remuneração menor em relação aos homens. Em sua maioria (82%), elas empreendem por necessidade, inseridas em atividades que apresentam pouca inovação, no qual o resultado não poderia ser outro, senão, empresas mais vulneráveis e com menos valor agregado.

Esses dados revelam não só a representatividade de mulheres no empreendedorismo, mas também que, financeiramente, apesar de sustentarem suas famílias, os rendimentos são bem menores em relação aos dos homens. A representatividade é menor em empreendimentos envolvendo ecossistemas de inovação, nos quais apenas 4,7% de *startups* são fundadas por mulheres (Arbex, 2021).

Uma justificativa para isso é o fato de que é mais difícil, para elas, darem o primeiro passo, pois existe uma segregação de setores/segmentos econômicos de acordo com o gênero, consubstanciada em estereótipos que definem o que é “o trabalho da mulher”. Por isso, é comum o empreendedorismo feminino ter maior representatividade em atividades ligadas ao universo da feminilidade tradicional, associadas a uma definição cultural das mulheres como pessoas cuidadoras e gentis, sempre prontas para se sacrificarem por alguém (Connell; Raewyn 2015, p. 33).

Nesse contexto, observa-se:

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais (Minayo, 2005, *online*).

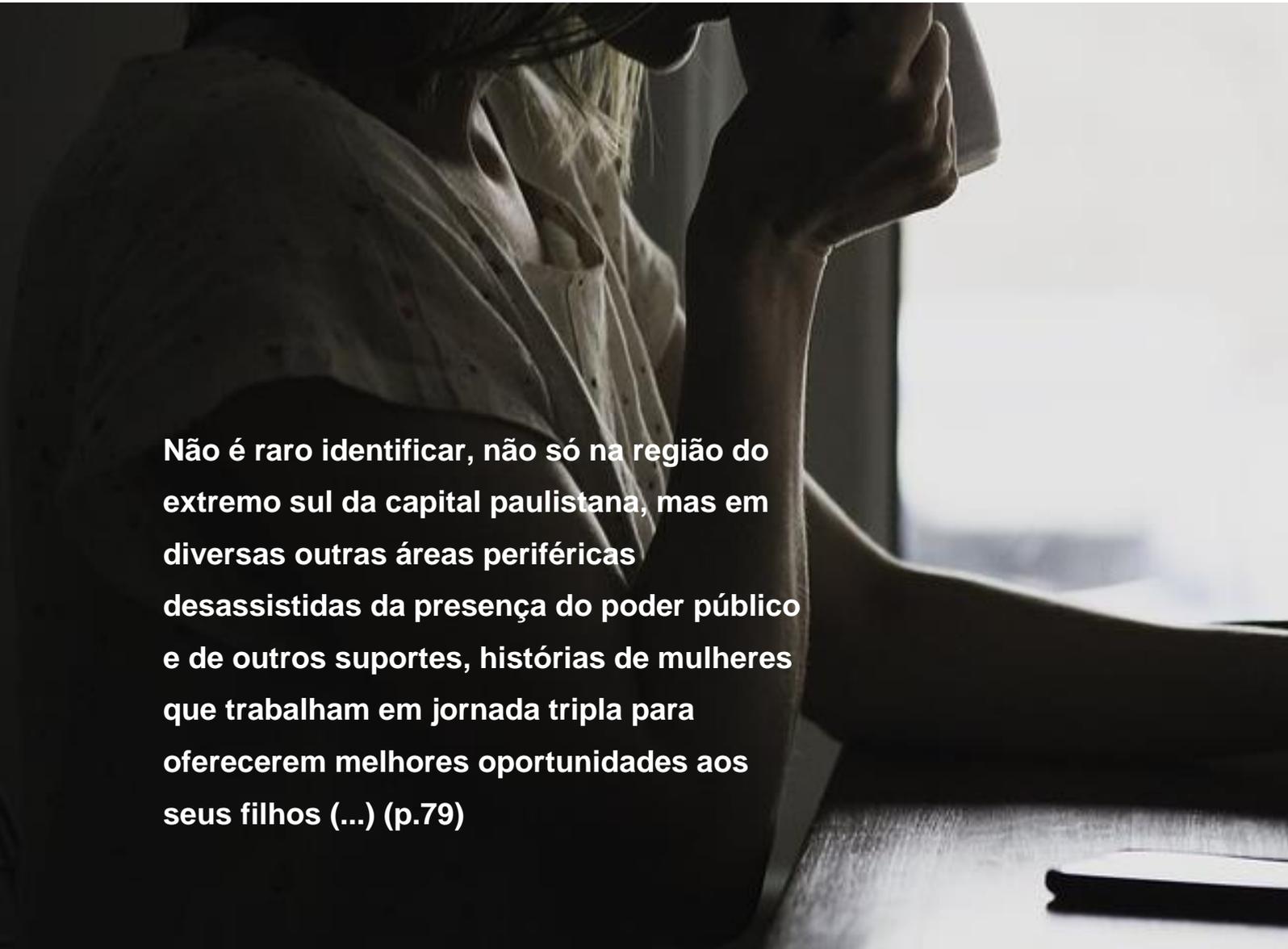
Quando esse cenário é levado às moradoras das periferias, nas quais há grande incidência de empreendedorismos informais, as condições ficam ainda mais difíceis, deixando-as em situações ainda maiores de invisibilidade.

Diante disso, questiona-se como eliminar os obstáculos que as impedem, principalmente as mais vulneráveis, de romperem a insegurança, motivada pelos preconceitos de uma sociedade machista e repetidora de padrões familiares, para receberem investimentos em projetos e acesso à crédito na criação e planejamento de suas empresas, para terem acesso às novas tecnologias e quebrarem esse ciclo de empreendedorismo de baixo impacto nas sociedades em que vivem.

Primeiramente, observa-se que essa luta global pelo feminismo, embora tenha trazido um histórico grandioso de conquistas durante séculos, segundo Lucy Delap (2022, p. 275), “não é um estado final, é uma jornada”. Por isso, é necessário permanecer lutando e resistindo para que a igualdade de gênero não seja um sonho utópico, mas para que, cada vez mais mulheres empoderadas possam assumir posições que lhes permitam reduzir essa desigualdade ainda tão latente.

Nesta linha do empoderamento, sobretudo das mulheres mais vulneráveis, o programa *Sebrae Delas* (que se tornou nacional em 2019) propõe, por meio do empreendedorismo, o início de um diálogo com essas mulheres, sobretudo buscando demonstrar o seu valor na sociedade, diante do baixo reconhecimento enquanto mulher de sucesso. Essa conversa genuína, antes de falar sobre planejamento, gestão empresarial e inovação, tem mudado a vida de *Muito mais do que 1.000 mulheres*, nome inicial e piloto do programa estadual do Sebrae, que começou na zona sul da cidade de São Paulo, em 2018.

Programas como este buscam, principalmente, empoderar as mulheres, trabalhar sua autoconfiança, criar uma rede de apoio para elas se posicionarem diante da sociedade e *stakeholders*, com a finalidade de, através do *networking*, desestabilizarem o mercado corporativista masculino e obterem oportunidades financeiras e de crédito.



**Não é raro identificar, não só na região do extremo sul da capital paulistana, mas em diversas outras áreas periféricas desassistidas da presença do poder público e de outros suportes, histórias de mulheres que trabalham em jornada tripla para oferecerem melhores oportunidades aos seus filhos (...) (p.79)**

## COOPERAÇÃO ENTRE EUA E BRASIL NO EMPREENDEDORISMO FEMININO

O governo dos EUA, através da Embaixada e dos Consulados no Brasil, criou programas de incentivo ao empreendedorismo social, sobretudo o feminino, como forma de promover o crescimento econômico do Brasil e criar oportunidades de cooperação entre os países (Embaixada ...*(a)*, 2022, *online*).

A iniciativa teve como ponto de partida os dados disponíveis na plataforma da Embaixada e dos Consulados, segundo os quais as micro e pequenas empresas no Brasil, entre janeiro e outubro de 2021, foram responsáveis pela criação de quase 73% dos empregos formais do Brasil. Mesmo diante dos efeitos negativos da pandemia, o setor de inovação no Brasil recebeu, apenas em 2021, R\$ 51,7 bilhões em investimento.



Entre os programas de cooperação criados em 2021 voltados para o empreendedorismo social, estão o *Young Leaders of the Americas Initiative* (ILAY), voltados para jovens empreendedores, para desenvolver habilidades de liderança e empreendedorismo, e o Projeto *Small Business Development Center* (SBDC), mediante cooperação técnica do Sebrae e a Organização dos Estados Americanos (OEA), para aplicação de metodologia capaz de medir os impactos na economia através das pequenas e médias empresas; há, ainda, programas voltados exclusivamente ao empreendedorismo feminino.

Às iniciativas acima, somam-se o *Academy for Women Entrepreneurs* (AWE), projeto lançado em 16 de novembro de 2020 (dia global do empreendedorismo), pela Embaixada e pelos Consulados dos Estados Unidos no Brasil, em parceria com o grupo +Unidos<sup>7</sup>, no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. O programa prevê capacitações voltadas para gestão de negócios, visitas em feiras virtuais, acesso a ferramentas de inovação e atividades para enriquecimento profissional, ampliando, assim, a rede de contatos destas mulheres e promovendo a sua independência econômica (Embaixada...(b), 2020, *online*).

Dois outros programas foram criados para o desenvolvimento de *startups* e o uso de tecnologias em empresas lideradas por mulheres, visto que, no Brasil, há um baixo índice de representatividade feminina nestas frentes, daí a promoção de iniciativas nesse segmento serem de suma importância.

O primeiro deles é o *Female Scale* (Embaixada...(a), 2022). Por meio do consulado em São Paulo, o projeto ofereceu serviços de aceleração e de incubação para 10 *startups* brasileiras lideradas por mulheres, aportando capital inicial para os melhores projetos; o segundo é o *RME Digitaliza*, que ofereceu treinamento para 112 empresárias para a adoção e o uso de ferramentas e de tecnologias que pudessem melhorar a competitividade de empresas lideradas por mulheres.

---

<sup>7</sup> O +Unidos, associação sem fins lucrativos, formado por grandes empresas atuantes no Brasil é um fundo de investimento social colaborativo idealizado pela Embaixada dos EUA, por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)

Esses programas de apoio ao empreendedorismo feminino nas periferias, que vão desde as iniciativas dos governos a políticas públicas de inclusão produtiva, envolvendo iniciativas do Sebrae, das organizações sociais, da iniciativa privada e dos governos internacionais, devem ser fortificados para ganharem escala e trazerem as mulheres ao mundo do empreendedorismo com alto valor agregado, com o objetivo de buscar igualdade de gênero, fortalecer sua comunidade e coibir qualquer forma de violência.

## **CONCLUSÃO**

Iniciativas trazidas neste artigo como o incentivo ao empreendedorismo feminino, sobretudo em atividades com alto valor agregado, buscam, acima de tudo, corrigir injustiças de gênero em comunidades que, por si só, já sofrem inúmeras injustiças sociais responsáveis por afetar a integridade do próprio Estado de Direito.

Não é raro identificar, não só na região do extremo sul da capital paulistana, mas em diversas outras áreas periféricas desassistidas da presença do poder público e de outros suportes, histórias de mulheres que trabalham em jornada tripla para oferecerem melhores oportunidades aos seus filhos, sem precisar depender de programas de assistência pública que, embora ajudem muito, inevitavelmente, perpetuam estigmas e colocam essas mulheres em situação de dependência de seus maridos, vez que o benefício, por si só, não promove a transformação necessária para abalar o machismo estrutural.

Diante disso, uma nova mentalidade precisa ser construída passo a passo. Isto é, as mulheres da periferia precisam compreender que a batalha pela igualdade de gênero está igualmente ao seu alcance. Não se trata de uma exclusividade das brancas ou daquelas que desfrutam privilégios econômicos e, por isso, ocupam estratos sociais mais elevados. Isso porque, a percepção da identidade de gênero não se entrelaça naturalmente com a luta contra as disparidades raciais e sociais. Portanto, é crucial as mulheres se apoiarem mutuamente nas complexas intersecções de suas identidades, a fim de fortalecerem suas vozes na busca pela equidade.

Trata-se de uma soma de esforços, e não de segregação. Para isso, é preciso empoderar e resgatar a autonomia dessas mulheres, na tentativa de evitar a repetição de ciclos abusivos, para que elas possam, desta forma, por meio do seu trabalho – como empregada ou empregadora – desfrutar de iniciativas diversas, a exemplo das trazidas neste artigo, que buscam oferecer-lhes apoio fundamental nessa empreitada.

Dentre os principais desafios desse contexto, está o objetivo de fazer esses projetos ganharem escala e, assim, consolidar um processo de continuidade dentro das comunidades para que as mulheres atendidas possam replicar seu conhecimento, se associarem e buscarem coletivamente oportunidades de investimento e crédito sem dependerem de qualquer das instituições envolvidas, públicas ou privadas.

## REFERÊNCIAS

- Arbex, G. (2021) Ecosistema de inovação tem apenas 4,7% de *startups* fundadas por mulheres. *Forbes*.
- Chachaml, A. S.; Maiall, M. B.; Camargo, M. B. (2012) Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. *Rev. Bras. Estud. Popul.* 29 (2).
- Delap, L.(2022) *Feminismos: uma história global*. Trad. Isa Mara Lando e Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras.
- Embaixada e Consúlados dos EUA no Brasil (2022) Cooperação em empreendedorismo entre EUA e o Brasil. *U.S. Mission Brazil*, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/cooperacao-em-empreendedorismo-entre-os-eua-e-o-brasil/>.
- Embaixada e Consúlados dos EUA no Brasil (2020). Embaixada dos EUA e +Unidos abrem inscrições para programa voltado ao Empreendedorismo feminino. *U.S. Mission Brazil*: 16 nov. 2020.
- Fraser, N. (2017) Para uma crítica das crises do capitalismo: entrevista com Nancy Fraser. *Perspectivas*, v. 49, p. 161-185.
- Maia, M. M. (2022) Trabalho emocional e significados do feminino no empreendedorismo contemporâneo. *Cad. Pagu* (64)
- Minayo, M.C.S.(2005) Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciênc. Saúde Coletiva* 10 (1).
- ONU Mulheres. (2021) *Organização das Nações Unidas Mulheres Brasil*. Site institucional.
- Rede Nossa São Paulo (2021). *Mapa da Desigualdade 2021*. Disponível em: [https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021\\_Tabelas.pdf](https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf).
- Ribeiro, L.; Martino, N.; Duarte, T. L.(2021) Antes das grades: perfis e dinâmicas criminais de mulheres presas em Minas Gerais. *Revista Sociedade e Estado* – v. 36, n. 2.
- Santos, E. D.; Haubrich, G. F. (2018) Portal Rede Mulheres Empreendedoras: empreendedorismo, cultura e imagens de si. Ethos discursivo: alcance, desafios e potencialidades. *Let. Hoje* 53 (3).
- SEBRAE/SC. (2021) Serviço social de apoio às micro e pequenas empresas de Santa Catarina, *Sebrae Delas Mulher de Negócios* – Empreendedorismo Feminino, Florianópolis.
- Vieira, O. V. (2007) A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. *SUR Revista Internacional de Direitos Humanos*. n. 6, ano 4.

### COMO CITAR ESTE TEXTO

Nicodemo, J. E. (2023). Empreendedorismo feminino nas periferias como luta pela igualdade social e de gênero *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 9, n.2, 67-81. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137jonas>

RECEBIDO EM:25/03/2023  
APROVADO EM: 15/05/2023

**ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E AÇÕES SOCIOPEDAGÓGICAS  
COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO**

*<https://dx.doi.org/10.59068/24476137avanilda>*

**Avanilda Mariano**  
*avanildamariano@gmail.com*

Pedagoga graduada pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, pós-graduada em Psicopedagogia Institucional – Centro Universitário FIEO, pós-graduada em Educação Socioemocional – Instituto Brasileiro de Formação de Educadores – IBFE, curso de extensão em Alfabetização, curso de extensão em A neuroplasticidade e o ambiente escolar e curso de extensão Resolução de conflitos no cotidiano da escola, como promotores de autonomia, no Instituto Superior de Educação Vera Cruz. Pedagoga atuante desde 2006, desenvolvendo trabalho em Instituições de Acolhimento (Saica), Coordenadora da 1ª República Jovem, na Zona Oeste, iniciativa da Prefeitura de São Paulo, em convênio com uma Organização Não Governamental, Coordenadora e Capacitadora de Abrigo – ONG Projeto L.A.R, (programa de formação e capacitação em serviço). Atuou como Pedagoga e Psicopedagoga no Centro de Atendimento Biopsicossocial Meu Guri, à época, atuante na área de apoio socioeducativo – Centro para a Criança e Adolescente - CCA - com a proposta de garantir proteção social à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade e risco. Autora do Projeto de Alfabetização e responsável pela sua implantação no CAB Meu Guri, o qual, foi se atualizando, passando a novas bases, em continuidade ao Projeto, tornando-se efetivamente Oficina Pedagógica, além de desenvolver capacitação em serviço, contribuir com atividades pedagógicas nos trabalhos promovidos e desenvolvidos pela entidade em articulação com a rede de serviço do município de Mairiporã, nas áreas de educação e assistência social, fomentando o trabalho socioeducativo. Em demais entidades, Analista Institucional.



Imagem Karolina Grabowska

## **ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E AÇÕES SOCIOPEDAGÓGICAS COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO**

### **LITERACY, LITERACY AND SOCIOPEDAGOGICAL ACTIONS AS A PROPOSAL FOR INCLUSION**

### **ALFABETIZACIÓN, LETRAMENTO Y ACCIONES SOCIOPEDAGÓGICAS COMO PROPUESTA DE INCLUSIÓN**

#### **RESUMO**

Este artigo tem como um dos principais objetivos demonstrar possibilidades de atuação, sob a ótica do binômio inclusão/exclusão, dentro de uma prática sociopedagógica, no contraturno escolar, com crianças e adolescentes menos favorecidos, com defasagem muito grande no nível de alfabetização, idade-série. Incluídas, enquanto matriculadas na escola, contudo, de forma paradoxal, excluídas no direito de aprender, numa região considerada rural, apesar da proximidade com a capital São Paulo. Em termos de metodologia, o trabalho realizado caminhou de forma a seguir os passos da pesquisa-ação, pelas experiências e vivências empíricas no cotidiano institucional e familiar do público-alvo envolvido. As parcerias com a própria instituição em que foi realizado o trabalho, com a rede socioassistencial da região e famílias das crianças e adolescentes em questão, foram de muita valia para os resultados positivos que obtivemos durante os sete anos de realização do trabalho, em que esses resultados positivos, especialmente, com base em mudanças não apenas socioeducativas, bem como, socioemocionais, refletissem dentro do contexto escolar e na vida de cada um. Este artigo convida os leitores a refletirem sobre nosso dever, a nossa responsabilidade, o nosso compromisso profissional e ético, com aqueles que escolhemos trabalhar. E não menos importante, sobre a nossa formação acadêmica, formação continuada, identidade profissional, dentre outros determinantes, para que possamos estar fortalecidos para trilharmos caminhos, muitas vezes tão tortuosos e extenuantes, e ao final, tão gratificantes.

**Palavras-chaves:** inclusão/exclusão, alfabetização, letramento, parcerias

## ABSTRACT

One of the main objectives of this article is to demonstrate possibilities for action, from the perspective of the binomial inclusion/exclusion, within a socio-pedagogical practice, after school, with less privileged children and adolescents, with a very large gap in literacy level, age-series. Included, while enrolled in school, however, paradoxically, excluded from the right to learn, in a region considered rural, despite its proximity to the capital São Paulo. In terms of methodology, the work carried out the steps of action research, through empirical experiences, built in the institutional and family daily life of the target audience involved. Partnerships with the institution where the work was carried out, with the school, with the region's social assistance network, families of the children and adolescents in question, were very valuable for the positive results we obtained during the seven years of carrying out the work, in which these positive results, especially based on changes that are not only socio-educational, but also socio-emotional, are reflected within the school context and in each person's life. This article invites readers to reflect on our duty, our responsibility, our professional and ethical commitment to those we choose to work with. And not least, about our academic and continuing education, professional identity, among other determinants, so that we can be strengthened to follow paths, often so tortuous and exhausting, and in the end, so rewarding.

**Keyword:** inclusion/exclusion, literacy, literacy partnerships

## RESUMEN

Uno de los principales objetivos de este artículo es demostrar posibilidades de actuación, desde la perspectiva del binomio inclusión/exclusión, dentro de una práctica sociopedagógica, en el contraturno escolar, con niños y adolescentes menos privilegiados, con desfase/retraso muy grande en el nivel de alfabetización, edad serie (edad año escolar). Incluidos, aunque matriculados en la escuela, pero, paradójicamente, excluidos del derecho a aprender, en una región considerada rural, a pesar de su proximidad a la capital São Paulo. En términos metodológicos, el trabajo realizado siguió los pasos de la investigación-acción, a través de experiencias y vivencias empíricas, construidas en el cotidiano institucional y familiar del público objetivo involucrado. Las alianzas con la institución donde se realizó el trabajo, con la escuela, con la red de asistencia social de la región, con las familias de los niños y adolescentes en cuestión, fueron muy valiosas para los resultados positivos que obtuvimos durante los siete años de ejecución del trabajo, en que estos resultados positivos, especialmente basados en cambios no sólo socioeducativos, sino también socioemocionales, se reflejan dentro del contexto escolar y en la vida de cada persona. Este artículo invita a los lectores a reflexionar sobre nuestro deber, nuestra responsabilidad, nuestro compromiso profesional y ético con aquellos con quienes elegimos trabajar. Y no menos importante, de nuestra formación académica, educación continua, identidad profesional, entre otros determinantes, para que podamos estar fortalecidos para seguir caminos, muchas veces tan tortuosos y agotadores, y al final, tan gratificantes.

**Palabras clave:** inclusión/exclusión, alfabetización, letramento, alianzas

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa compartilhar com o leitor, a realização de um Projeto desenvolvido em um Centro para Crianças e Adolescentes – CCA, em que a ideia do planejamento para a implementação do Projeto, nasceu da conversa que tive com Educadores deste Centro, quando estive em visita à Instituição. Relataram as dificuldades que tinham em desenvolver determinadas atividades, com parcela significativa de crianças e adolescentes, em função da deficiência detectada, em aspectos básicos, relacionados à alfabetização.

Neste contexto, vamos falar sobre *INCLUSÃO*, pela ótica da exclusão. Binômio que caminham juntos. As bases teóricas para a realização deste Projeto foram pautadas, sobretudo, na Teoria Histórico-cultural, aqui representada por Lev Semenovitch Vygotsky; pela Pedagogia Progressista, representada por Paulo Freire, em sua tendência pedagógica, denominada libertadora, e José Carlos Libâneo, em sua pedagogia crítico-social dos conteúdos.

## **OBJETIVOS**

O principal objetivo deste artigo é trazer o leitor à luz da reflexão, para que, por intermédio das ações implementadas no trabalho realizado no CCA, tenha elementos para discernir se há ou não resultados significativos possíveis, quando planejamos, investimos e acreditamos nas possibilidades e potencialidades do público-alvo que escolhemos trabalhar, para que haja de fato, a chamada *INCLUSÃO*.

## **MÉTODO**

Embora o trabalho realizado não tenha tido o caráter de pesquisa, o mesmo muito se assemelhou à pesquisa-ação, pois as experiências e vivências, foram totalmente empíricas, com ações desenvolvidas diretamente com o público-alvo, e, no Projeto em questão, o intuito sempre foi em contribuir com um problema de ordem coletiva, que afetava crianças e adolescentes advindos dos bancos escolares, concentrados neste Centro para Crianças e Adolescentes. E, visando maior eficácia e resultados positivos nos objetivos do trabalho, foi fundamental a conscientização e sensibilização da equipe do CCA, sobre a importância de tornarem-se partícipes do processo de desenvolvimento do Projeto.

De acordo com Franco (2005) e Rentes (2022), a pesquisa-ação parte do mergulho na práxis do grupo social estudado, sendo as intervenções, mudanças e transformações acordadas e definidas no coletivo, assumindo uma postura colaborativa, construtiva e crítica. A pesquisa-ação então levaria em consideração a voz do sujeito, sua realidade, perspectiva e sentido no mundo. A metodologia em pesquisa-ação não se faz por meio de um método rígido, engessado e predeterminado, mas sim se organiza pelas situações relevantes que emergem durante o cotidiano do trabalho e das intervenções. A ideia é que o participante, ao longo da experiência, passe a tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio, bem como dentro de seu processo social, institucional e/ou cultural.

Na minha formação como pedagoga e psicopedagoga, esta experiência muito contribuiu com trabalhos posteriores que realizei, especialmente em SAICAS (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes), que tem por objetivo acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

## **SITUANDO O LEITOR**

Este Centro para Crianças e Adolescentes - CCA, localizava-se na Serra da Cantareira, com atividade-fim, socioeducativa. Uma entidade sem fins lucrativos, mantido à época, por um Sindicato em parcerias com empresas. Atendia crianças, adolescentes e famílias do entorno, muitas delas em situação de risco social, classe socioeconômica menos favorecida, com baixo nível ou nenhuma escolaridade, por parte de suas famílias.

Este CCA atendia cerca de 120 usuários, com idades desde 06 anos até catorze anos e onze meses, de ambos os sexos. A participação dos usuários nas atividades oferecidas era no contraturno escolar, em suas diversas oficinas, tais como: música, esporte, artesanato, marcenaria, jogos e brincadeiras, além das oficinas socioeducativas.

Este público atendido localizava-se em áreas próximas da Instituição. Na verdade, eram localizações não tão próximas assim, pois precisavam de uma logística que atendesse, necessariamente, suas demandas por transporte, caso contrário, seria inviável a participação dessas crianças e adolescentes no CCA, pela distância envolvida.

Para tanto, eram utilizados um micro-ônibus, uma Van, e um carro de passeio, divididos pelo número de usuários atendidos, por horário de atendimento. Dessa forma, mediante tamanha singularidade territorial e populacional, se justifica a escolha por se trabalhar dentro da perspectiva em pesquisa-ação:

Por isso, realço a questão em torno de uma pedagogia da pesquisa-ação que implica em a complexidade, a imprevisibilidade, a oportunidade gerada por alguns acontecimentos, a fecundidade potencial de alguns momentos que emergem da práxis, indicando que o pesquisador precisa muitas vezes agir na urgência e decidir na incerteza (Franco, 2005, p. 497).

A principal característica da região onde as famílias dessas crianças e adolescentes moravam, na Serra da Cantareira, município de Mairiporã, é ser zona rural, com moradias humildes, localizadas em pequenas vilas, onde duas realidades totalmente distintas coexistem, a que relatei, das famílias das crianças e adolescentes, e as mansões dos moradores abastados, com alto poder aquisitivo, dentro de seus condomínios de alto padrão.

Grande parte dessa população carente, os pais dessas crianças e adolescentes, trabalham para essas famílias ricas, como caseiros, jardineiros, diaristas, empregadas domésticas, ou atendendo quaisquer outras necessidades desses moradores ricos.

Quando apresentei a proposta de desenvolver o Projeto, com foco, principalmente, em alfabetização, para a direção do CCA, não havia nenhuma perspectiva por parte desta direção em implantar algum tipo de trabalho como fator de contribuição no processo de aprendizagem escolar do público atendido. Foi a crença na importância no Projeto, que houve a minha contratação, e assim, tive o privilégio de desenvolver este trabalho de 2008 a 2015.

## **DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS**

Iniciando o Projeto, com raríssimas exceções, a Avaliação Diagnóstica foi desesperadora. Entre crianças e adolescentes, havia uma defasagem muito grande no nível de alfabetização, idade-série.

As crianças do ensino fundamental I, várias delas, demonstraram comprometimento na alfabetização, algumas já no quarto ano, porém, analfabetas. E havia ainda aquelas, nos dois primeiros anos de alfabetização, com sérios problemas nesse processo de se alfabetizarem.

Em relação aos adolescentes, no ensino fundamental II, havia desde adolescentes analfabetos, analfabetos funcionais<sup>8</sup>, até aqueles que embora não fizessem parte dos dois grupos anteriores, apresentavam graves problemas ortográficos, além de outras questões gramaticais.

Diante do exposto acima, podemos inferir que, não havendo uma intervenção, as crianças do ensino fundamental I, eram crianças em potencial que poderiam vir a ocupar os mesmos lugares, os quais se encontravam os adolescentes acima mencionados, porque muito embora estivessem incluídas no espaço escolar, paradoxalmente, estavam marginalizadas, excluídas, no seu direito de aprender. Ao meu ver, estavam apenas matriculadas. Haja vista o caso de alguns adolescentes, analfabetos, no ensino fundamental II.

Dessa forma, a situação exigia por ações urgentes, diante do quadro preocupante que a Avaliação Diagnóstica detectou. Assim sendo, iniciei atendimento individualizado e personalizado para todos aqueles que necessitavam se alfabetizar, porque o tempo urgia para eles, conseqüentemente, tive melhores condições de planejar ações pedagógicas, visando captar, entender cada dificuldade em sua singularidade, peculiaridade e particularidade de cada criança ou adolescente atendido, porque na escuta ativa daquilo que a criança e o adolescente falavam, quantas vezes, inúmeras vezes, mudei os caminhos planejados em suas aprendizagens, porque quem me mostravam o caminho eram eles. Era só os seguir.

As mudanças de “caminhos”, estavam totalmente influenciadas por esta fala de Paulo Freire:

Alguns desses caminhos e algumas dessas veredas, que a curiosidade às vezes quase virgem dos alunos percorre, estão grávidos de sugestões, de perguntas que não foram percebidas antes pelo ensinante. (2005, p.27)

---

<sup>8</sup> Em relação ao termo Analfabeto Funcional, podemos pensar em indivíduos que reconhecem, decodificam letras e números, porém, não são capazes de interpretar textos mais elaborados, bem como, realizar as operações matemáticas.

A fase de letramento era somente trabalhada à medida em que cada criança ou adolescente avançava na alfabetização, pois, diante de tantas dificuldades apresentadas, pelo pouco contato, ou nenhum contato, com o universo letrado, antes de entrarem na escola, trabalhar com base na teoria construtivista, por exemplo, para eles, era muito difícil e sofrível.

Na fase de letramento, já se podia realizar grupos com as crianças ou adolescentes, por faixa etária, ou mesmo, por nível de aprendizagem. E a formação de grupos, trazia uma grande riqueza, pois apesar de atuar na chamada Zona de Desenvolvimento Proximal, das crianças e adolescentes, no atendimento individual, no grupo, esta ação se dava entre os integrantes dos grupos, diante das situações de aprendizagem desenvolvidas. Esta Zona refere-se:

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (Vygotsky, 1991, p.97)

Já aptos a ler e escrever, mesmo com alguns cuidados na ortografia, era possível iniciá-los na produção e interpretação de textos, e ir além, porque um dos objetivos desta fase era articular o Projeto de Alfabetização e Letramento, a ações sociopedagógicas.

Nesta articulação foram desenvolvidas duas propostas de trabalho. Uma delas, referia-se à criação de uma Oficina Sociopedagógica, em que foram trabalhados temas, tais como: As diversas formas de violência e seus ambientes; Conhecimento e respeito ao próprio corpo e do Outro; Diversidade cultural; Sexualidade; Orientação sexual; Homofobia; As diversas formas de preconceito; Profissão, emprego e empregabilidade; Cidadania; Álcool e drogas, dentre outros. A inspiração se deu com base na Pedagogia Progressista, em sua tendência Libertadora, conhecida como pedagogia de Paulo Freire, com seus “temas geradores, extraídos da problematização da prática de vida dos educandos.”

Assim sendo, a forma de trabalho educativo é o “grupo de discussão”, a quem cabe autogerir a aprendizagem, definindo o conteúdo e a dinâmica das atividades. (Libâneo, 1985, p. 33-34)

As Oficinas eram contempladas com recursos audiovisuais, para melhor e maior assimilação dos temas desenvolvidos, os quais, geravam algum passeio ou visita em algum lugar, que tivesse relação com o tema trabalhado. A visita a uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)<sup>9</sup>, foi uma experiência incrível.

Nesta linha de visita e saídas, não posso deixar de discorrer sobre um passeio realizado. Depois de vários encontros onde trabalhamos Álcool e Drogas e suas consequências, foi proporcionado a todas as crianças e adolescentes que participaram desta Oficina, um dia de lazer no Parque do Ibirapuera. Dia repleto de alegria e muita vibração. Eles não sabiam, que na verdade, o objetivo do passeio era complementar o trabalho acima mencionado.

Quando voltamos, nos reunimos, e as seguintes perguntas foram feitas: 1) Quem estava feliz no passeio, e o que os deixaram felizes? 2) Quem usou algum tipo de droga durante o passeio? Com esta pergunta, a sala quase veio abaixo. Ficaram indignados com tal questionamento. Então eu falei, claro que ninguém usou nenhuma droga, porque para bem-estar, alegria e felicidade, reais, não precisamos delas. E assim, com esta introdução, seguimos adiante no diálogo que se estendeu, sem que notássemos a chegada da hora de irmos embora.

A outra proposta implementada foi a criação de um grupo de teatro, permanente, em que a participação era voluntária. Todas as ações desenvolvidas com as crianças e adolescentes, eu amava, mas devo confessar, que esta era a menina dos meus olhos.

Com o intuito de melhor desenvolver as potencialidades dos adolescentes, criei uma Oficina de Teatro, visando melhorar suas leituras, além de trabalhar impostação da voz, melhor desenvoltura ao falar, trabalho em equipe, aprender a conviver em grupo (nossa, como brigavam entre si), cooperar, colaborar, aprenderem a se concentrar, pois precisavam memorizar as falas. Lembro que foi muito difícil convencer alguns adolescentes a participar, muita timidez e vergonha de se exporem, não estavam acostumados a serem protagonistas.

---

<sup>9</sup> Antigamente essas instituições eram chamadas de asilos ou casas de repouso. A atual nomenclatura utilizada passa a ser Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

A intenção era reunir um grupo permanente, para que a proposta criasse raiz, vingasse e tivesse vida longa, que a equipe se fortalecesse, por isso o desejo de manter a permanência dos participantes, digo, dos atores.

Neste trabalho realizado o foco sempre esteve voltado à INCLUSÃO, por isso, decidi e coloquei em prática, depois de muito exercício de convencimento para que a diretora aceitasse o meu pedido, incluir funcionários na atuação das peças de teatro, mas não era qualquer funcionário. Deveria ser e foram os funcionários do setor operacional: as “meninas” da limpeza, com idades que variavam dos trinta aos sessenta anos, o rapaz que cuidava do jardim e demais serviços na área de manutenção do espaço interno e externo do CCA, um dos motoristas, e Educadoras, alguns deles, também excluídos do sistema escolar. Este feito foi uma festa de diversidade e INCLUSÃO.

Quando resolvi criar a Oficina de Teatro, achei que era só olhar na internet, e lá estariam as peças de teatro que estavam idealizadas na minha cabeça. Claro que não. Percebi então, que se eu quisesse levar esta ideia adiante, eu mesma teria que escrevê-las. E assim foi feito. Escrevi várias peças, todas com temas pertinentes e importantes ao trabalho sociopedagógico. A primeira, na verdade, adaptei de um texto de teatro que encontrei: O Reino do Alfabeto. A adaptação foi realizada a torná-la totalmente interativa com o público, em que a plateia, repleta de crianças, muitas em fase de alfabetização, num dado momento da peça, formavam palavras, com as letrinhas (atores), em cena.

Todas as peças apresentadas tiveram a sua importância e relevância, porém, a peça O Reino do Alfabeto, definitivamente, mora no meu coração. Além do que, tivemos a honradíssima participação de um SAICA, o Coordenador à época, um queridíssimo amigo, saiu de Osasco e levou as crianças para passar um dia neste CCA. Como não guardar este dia, eternamente no coração.

Cabe aqui revelar, que ao encerrar o meu ciclo profissional nesta Instituição, fiz questão de repaginar O Reino do Alfabeto, e apresentá-la às novas crianças que haviam entrado no CCA. Muita emoção.

E há ainda, outra peça, que trago também, com muito amor, pelo o que a mesma significou para as crianças e adolescentes, que dela participaram. Mas para falar sobre ela, preciso relatar o porquê de sua criação.

Estava participando de um evento no Teatro Municipal de Mairiporã, sobre o Dia Nacional do Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente, que ocorre no dia 18 de maio, de cada ano, quando ao final do evento, foi anunciado que haveria um concurso de teatro sobre este tema, e que as escolas do município estavam convidadas a participar, e que o convite seria estendido ao CCA, caso quiséssemos concorrer. Na hora, já decidi mentalmente que iríamos participar. E participamos.

De acordo com as regras de participação, a peça não poderia ter mais de quinze minutos. A diretora do CCA riu de mim, e disse que eu não conseguiria escrever uma peça de apenas quinze minutos, porque sou muito falante. Mas consegui, equilibrei cenas simbólicas com as falas das crianças e adolescentes.

Ao contrário de todas as escolas, que apresentaram roteiros parecidos, focando no assédio sexual e em como o mesmo acontece, eu dei voz às crianças e aos adolescentes “violentados”. Para cada um deles, estava nomeado um sentimento relacionado à violência sexual sofrida, em que eles verbalizavam em cada um desses sentimentos, como se sentiam diante de ato tão monstruoso, hediondo, apontando para duas figuras sentadas, com as cadeiras situadas no centro do palco. Uma figura era feminina, representando a mãe, muitas vezes omissa, e para uma figura masculina, com uma máscara negra no rosto, simbolizando uma figura oculta, obscura, em que, por trás desta máscara, poderia ser qualquer pessoa. Como sabemos, por autoridades competentes, que esta figura, normalmente, é muito próxima da criança ou do adolescente.

Não ganhamos o concurso, nem era esta a minha finalidade, questão que eu já havia conversado com os participantes de qual era a real importância de estarmos ali. E qual não foi a minha surpresa, quando fomos convidados a representar esta peça em uma escola em Mairiporã, depois em um evento para a comunidade do entorno do CCA, com diversos convidados de diversas áreas, assistência social, saúde e educação do município. E pasmem, depois de exatos um ano, fomos convidados a representá-la novamente no Teatro Municipal de Mairiporã, em função do impacto que causava, e a reflexão que promovia. A autoestima das crianças e adolescentes quase explodiu, de tanto orgulho.

Estas duas propostas, Oficina Sociopedagógica e de Teatro, promoveram maior participação e interação entre as crianças e adolescentes, tornando-os protagonistas dentro da realidade da qual faziam parte, fomentando melhor capacidade de discernimento sobre os temas discutidos, e suas implicações, tanto no plano individual, como no coletivo. Foram encontros dialógicos e dialéticos.

Deste modo, podemos pensá-los enquanto sujeitos, com base na perspectiva da psicologia histórico-cultural, em que para Vygotsky:

As funções psicológicas emergem e se consolidam no plano da ação entre pessoas e tornam-se internalizadas, isto é, transformam-se para constituir o funcionamento interno. O plano interno não é a reprodução do plano externo, pois ocorrem transformações ao longo do processo de internalização. Do plano intersíquico, as ações passam para o plano intrapsíquico. Considera, portanto, as relações sociais como constitutivas das funções psicológicas do homem. Essa visão de Vigotski justificou o título de sócio-interacionismo à sua teoria. (Bock, Furtado, Teixeira, 1996, p. 94)

Não posso deixar de contar sobre outros trabalhos desenvolvidos, como o Soletrando. Obviamente, já perceberam que copieei de um programa de televisão. Isto mesmo. Adequiei o Soletrando da televisão, à nossa realidade, e realizava este evento por grupos: por faixa etária e de acordo com o nível de alfabetização alcançado, grupos mais avançados na alfabetização, e no caso dos adolescentes, a complexidade das palavras, eram em maior grau. Antes do evento, havia muito estudo e preparação, com base em simulados, com cada grupo participante. Eles adoravam esta prévia. A competição já começava ali.

No dia do Soletrando, as crianças e adolescentes ficavam ansiosos, mas, principalmente eufóricos, pois havia entrega de prêmios para o primeiro, segundo e terceiro lugares, com direito também a troféu para o primeiro lugar. Este dia virava uma festa.

Não menos importante era o Torta na Cara, outra cópia de outro programa da televisão. A finalidade desta atividade, que era pedagógica, era realizar perguntas sobre os trabalhos realizados nas Oficinas Sociopedagógicas, com base nos temas dialogados e debatidos nos encontros semanais. Era muito engraçado, pois as crianças e adolescentes, queriam muito acertar as respostas, mas ficavam em conflito, porque queriam levar Torta na Cara, porque eu fazia questão de fazer um delicioso chantilly para ser a torta. Se o dia do Soletrando virava uma festa, o que dizer deste dia. Ah, eles faziam questão que eu levasse torta na cara, também.

Agora vamos fazer um parêntese para falarmos sobre as famílias das crianças e adolescentes, também excluídas pela escola, pelas várias formas de preconceito que esta instituição muitas vezes carrega, e muitas vezes de forma camuflada, dissimulada, em relação às famílias pobres.

O que se percebe quando adentramos os muros escolares e conversamos com muitos de seus atores, que podem ir desde à direção da escola, passando pelos professores, chegando até mesmo, na base de trabalho, o operacional, é que cada um desses atores escolares, subjetivamente, traz consigo, um ideal de família. A família “boa”. E esta idealização, está em conformidade com a família de cada um. A família “ideal”. E quanto mais distante, a família “má”, “desestruturada”, está da nossa, quanto mais longe de nossos padrões e valores morais, mais desacreditada está, porque percebe-se um determinismo biológico, explicando o “fracasso” da família. Uma frase muito utilizada, a qual resume esta teoria determinista, é: filho de peixe, peixinho é. Ou seja, não adianta investir naquela criança ou adolescente. Eles serão e reproduzirão, o que sua família é.

Mas, vamos falar um pouco mais da família, enquadrando-a no tema sobre *Parcerias*, olhando para elas, de forma positiva, como famílias em potencial em contribuir com o desenvolvimento cognitivo de seus filhos. Incluindo-as.

Como já mencionado, este artigo se propôs a falar sobre INCLUSÃO. A vista disso, vamos incluir os nossos parceiros: família, escola, rede socioassistencial, comunidade. Aliás, falar sobre as parcerias estabelecidas, daria um outro artigo. Contudo, não posso deixar de falar um pouquinho sobre o trabalho realizado com esses parceiros.

O que se percebe quando adentramos os muros escolares e conversamos com muitos de seus atores, que podem ir desde à direção da escola, passando pelos professores, chegando até mesmo, na base de trabalho, o operacional, é que cada um desses atores escolares, subjetivamente, traz consigo, um ideal de família. (p.95)

Como o meu tempo está acabando, digo, minhas páginas para o artigo, vamos colocar por tópicos, um pouquinho do trabalho realizado com esses parceiros, para não deixar o leitor no vácuo.

Famílias: Formamos parcerias com as famílias das crianças e adolescentes com maiores dificuldades de aprendizagem. Dialogar com as famílias, com escuta ativa, entender suas dificuldades, e perceber suas potencialidades, mesmo naquelas famílias com pais ou responsáveis, analfabetos, semianalfabetos, ou analfabetos funcionais, visando encontrar caminhos para que colaborassem nas aprendizagens de seus filhos, valorizando-os, acelerou o processo de aprendizado dessas crianças e adolescentes. E o elo que nos unia, além de ambas as partes quererem muito, o desenvolvimento deles, foi o caderninho amarelo, que funcionou como o nosso elo de ligação e troca, não apenas pedagogicamente, mas também, afetivamente. Lembro com que alegria cada criança ou adolescente me trazia e levava o caderninho amarelo. E em como as mães tinham um carinho particular por ele. Quantos bilhetinhos recebi no caderninho amarelo, de agradecimentos e muito carinho.

Escola: Busquei parceria com as escolas que as crianças e adolescentes frequentavam, também, para os casos considerados mais graves, para entender com base no olhar da escola, levando o meu olhar, frente a problemática que se apresentava, em termos de aprendizagem, como eu poderia contribuir para o melhor aprendizado dos alunos em questão. Além desta parceria para que eu contribuísse com suas aprendizagens, desenvolvemos dois projetos: levar o teatro até a escola de ensino fundamental II e ensino médio, e ampliar o trabalho realizado sobre álcool e drogas na Oficina Sociopedagógica, com todos os alunos da escola. Neste Projeto, trabalhei com os três turnos escolar: manhã, tarde e noite. Para cada classe, os professores cederam os seus horários de aula.

Estendendo ainda mais as parcerias com as escolas, trouxe para dentro do CCA, duas outras escolas, as quais nossas crianças e adolescentes não frequentavam, uma de ensino fundamental I e outra de ensino médio, para desenvolvermos um outro Projeto, sobre diversidade, diversidade cultural e preconceito. Para esta última, havia um condicionante, selecionarem os alunos rotulados de alunos-problema.

Rede socioassistencial: Levei a proposta de trabalharmos em parceria a esta rede, com todos os profissionais que algumas crianças e adolescentes eram atendidos, tais como: psicólogos; atendimentos psicopedagógicos, auxiliares na aprendizagem das crianças e adolescentes com dificuldades em seus aprendizados; assistentes sociais, que faziam algum tipo de atendimento às famílias dessas crianças e adolescentes em questão.

Comunidade: Outro projeto, muito bem sucedido, também, foi sobre Educação Financeira. Uma das propostas, foi levada a um supermercado, para que autorizassem que explorássemos os recursos do lugar para que pudéssemos desenvolver esta atividade pedagógica, com as crianças e adolescentes, em que eles teriam uma certa quantia de dinheiro, fictícia, levariam uma lista do que eles gostariam de comprar, e qual o resultado disto. Como fazer caber o que precisamos, no dinheiro que dispomos. Compramos o que desejamos ou o que necessitamos? O que fazer? Lembro em como erámos abordados pelos clientes do supermercado, e em como aplaudiam a iniciativa. Sem contar que a gerência ficou tão feliz com o nosso trabalho, que ao final de cada atividade, serviam para as crianças e adolescentes, pão de queijo.

E aqui, muito emocionada com tantas recordações, deixo você leitor, com as minhas considerações finais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na minha trajetória profissional, na área social, pude vivenciar muitas histórias, e pude observar, avaliar e constatar o quanto em nossas atitudes ou a falta delas, podemos desenvolver com compromisso o papel que nos cabe dentro da escolha profissional que fizemos, ou negligenciá-lo, quando não cumprimos as atribuições que o cargo exige, prejudicando desta forma, aqueles que deveríamos educar, cuidar, orientar, proteger.

Este Projeto, estava muito além de querer apenas alfabetizá-los, fazendo com que aprendessem a codificar e decodificar uma escrita, mas, fazer valer a chamada educação, como prática social. Portanto, as atividades pedagógicas de letramento, ou seja, de desenvolverem capacidade de organização de pensamento, interpretação, e não apenas compreensão dos textos lidos, estavam focadas em levá-los à reflexão da leitura realizada, do falado, do dialogado, contribuindo desta maneira, com melhor desenvolvimento de seus processos cognitivos, aliados às ações sociopedagógicas.

Todas as ações, efetivamente, foram planejadas, direcionadas, articuladas, vividas, experienciadas, à realidade, à vida, para que fizessem sentido. Se a educação não tiver este movimento, nossas crianças e adolescentes, estarão de alguma maneira, excluídos.

Diante de todo este percurso, desta minha trajetória, fica aqui a pergunta: Qual o conceito, qual o olhar que cada um de nós tem sobre *INCLUSÃO*? Qual o seu olhar? Este foi o meu.

Termino minhas considerações finais, com o que é muito caro para mim:

O fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe. A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática. (Freire, 2005, p.28)

## REFERÊNCIAS

- Bock, A. M. B.; Furtado, O.; Teixeira, M.L. (1996). *Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia*. 9. ed. Saraiva.
- Franco, M. A. S. (2005) *Pedagogia da Pesquisa-Ação*. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, p. 483-502.
- Freire, P. (2005) *Professora sim, tia não*. 15. ed. Olho D'água.
- Libâneo, J.C.(1985) *Democratização da escola pública*. Edições Loyola.
- Rentes, R.(2022) *Os meninos de Heliópolis – O Ser e Fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal*. Ed. Appris.
- Vygotsky, L.S.(1991) *A formação social da mente*. 4. Ed. Martins Fontes.

## COMO CITAR ESTE TEXTO

Mariano, A. (2023). Alfabetização, letramento e ações sociopedagógicas como proposta de inclusão. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 9, n.2, 82-99. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137avanilda>

RECEBIDO EM:25/03/2023  
APROVADO EM: 15/05/2023

## Sobre Nós

A Revista Pathos é uma iniciativa independente de seus editores, com publicações semestrais e que recebe textos em português de temáticas ligadas a saúde mental numa perspectiva ampliada, ou seja, não apenas dos tradicionais espaços de atenção em saúde mental, mas também de lugares, práticas e pesquisas decorrentes de áreas ligadas à educação, assistência social e jurídica, a partir de diferentes enfoques teóricos e categorias profissionais. A Pathos surgiu do desejo de um grupo de profissionais que atuam nessas redes, tendo como objetivo oferecer espaços dedicados à publicação de práticas oriundas desses campos de atuação de modo a construir “pontes” de saberes entre profissionais. Trata-se, portanto, de um espaço que foi pensado para compartilhar a voz dos trabalhadores e permitir a circulação de suas reflexões acerca das experiências de seu dia a dia de trabalho. O escopo desta revista é a produção de saberes da práxis e, desse modo, "práticas públicas" e "psicopatologia" implicam o tencionamento em seu dinamismo ético, clínico e político.



# REVISTA PATHOS

[www.revistapathos.com.br](http://www.revistapathos.com.br)